



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 8ª Conferência Ibero-Americana de Cortes Supremas e Tribunais Superiores Superior Tribunal da Justiça, 02 de fevereiro de 2004

Senhor ministro Nilson Naves, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

Senhor ministro Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Senhor deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Senhores ministros do Supremo Tribunal Federal aqui presentes,

Senhores ministros do Superior Tribunal de Justiça aqui presentes,

Senhores representantes da Suprema Corte dos países da América Latina,

Senhores embaixadores,

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro de Estado da Justiça,

Demais autoridades presentes,

Senhor Augustin García Calderón, presidente da Corte Suprema de El Salvador,

Senhora Maria Helena Matute, da Corte Suprema de Justiça de Honduras,

Senhor almirante-de-esquadra Carlos Eduardo César, presidente do Superior Tribunal Militar,

Senhor ministro Francisco Fausto Paulo de Medeiros, presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

Demais autoridades presentes a esta reunião,

Inicialmente saúdo as autoridades e demais presentes nesta solenidade



de abertura da IV reunião preparatória da “VIII Cumbre Iberoamericana de Presidentes de Cortes Supremas y Tribunales”, manifestando-me extremamente honrado pelo convite a mim formulado pelo Excelentíssimo Senhor presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Nilson Naves.

Trata-se de evento da mais alta importância para o Brasil.

Temos, no Brasil, a consciência da relevância das atribuições reservadas pela Constituição Federal ao Poder Judiciário. Somos um país que muito lutou para a construção de sua democracia e ainda luta pela consolidação de suas instituições. Ainda temos um longo caminho a trilhar e, nesta perspectiva, o fortalecimento do Poder Judiciário assume especial relevo.

Somos ainda um país injusto, onde nem todos têm acesso à prestação jurisdicional do Estado.

Temos enormes desafios pela frente e sabemos que vamos ter uma democracia cada vez mais consolidada e robusta quando o nosso Judiciário estiver plenamente capacitado a prestar os serviços que a população demanda.

Não teremos cidadãos plenos enquanto o acesso à Justiça e à prestação jurisdicional de qualidade não estiver assegurado a todos os brasileiros.

Neste momento, voltamos as nossas preocupações ao necessário aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Estado, cientes da pouca atenção que o país dedicou, nos últimos anos, ao Judiciário.

O respeito pelo princípio da separação dos Poderes e o apreço pela afirmação de sua independência não nos devem afastar das responsabilidades que temos – todos – para com o fortalecimento da Instituição.

Ao contrário, a manutenção da harmonia entre os Poderes, princípio também consagrado pela Constituição do Brasil, exige que nos dediquemos a esta tarefa com o melhor dos nossos esforços.

Há muito o que se pode fazer pelo Poder Judiciário no Brasil.

Algumas melhorias não dependem de alterações legislativas – são



medidas de modernização da gestão, com a incorporação de novas tecnologias, capacitação de servidores e investimentos em informatização, que devem trazer maior celeridade na tramitação dos processos judiciais.

Há muita burocracia, multiplicidade de procedimentos, carência de recursos humanos e materiais – as maiores vítimas são os próprios magistrados que, no seu dia-a-dia de trabalho, acabam por dedicar excessivo tempo a atividades burocráticas muitas vezes menos relevantes.

A ampliação do espaço público de exercício da cidadania passa pela modernização da administração da Justiça.

No ano passado, sancionei lei que abriu 183 novas varas na Justiça Federal, ampliando em 1/3 o seu total. Na Justiça do Trabalho foram 232 novas varas. Autorizamos também a criação de 12 mil e 120 novos cargos de juízes, procuradores da República e funcionários para o Judiciário e o Ministério Público Federal, o que já começou a ser feito e se estenderá até 2008.

Estamos apoiando, ainda, projeto de lei que autoriza a criação de 5.700 cargos de servidores para a Justiça Eleitoral, permitindo que, pela primeira vez, tenhamos um quadro de pessoal efetivo em todos os cartórios eleitorais do nosso país.

Estamos também empenhados em promover alterações na nossa Constituição Federal e na legislação processual, com vistas a tornar o Poder Judiciário mais transparente e eficiente.

Travamos um intenso e democrático debate que deve provocar aperfeiçoamentos significativos na Instituição, tornando-a apta a atender às exigências do mundo atual.

A complexidade cada vez maior das relações sociais, as novas tecnologias incorporadas no nosso cotidiano e a irreversibilidade da globalização das relações internacionais tornam os nossos objetivos mais desafiadores.

Os trabalhos que vêm sendo realizados pelos senhores ao longo dos



últimos encontros demonstram que as preocupações dos nossos países são coincidentes.

Temos a mesma sensibilidade para as dificuldades enfrentadas pelas nossas populações, principalmente as de mais baixa renda, quando recorrem ao Judiciário na busca do reconhecimento de direitos fundamentais.

Os problemas enfrentados por nossos países nesta área são muito semelhantes e a troca de nossas experiências deve nos auxiliar a solucioná-los e apelar a angústia do nosso povo.

A realização periódica destes encontros internacionais entre países irmãos tem sido extremamente profícua, o que pode ser demonstrado com a criação da “Rede Ibero-Americana de Assistência Judicial em matéria penal e civil”, cujos objetivos fundamentais, declarados em seu regulamento, não poderiam estar mais adequados aos interesses comuns de nossos países.

Otimizar a assistência judicial em matéria penal e civil e estabelecer um sistema de informações sobre os diferentes sistemas legais são realmente objetivos que devem unir os esforços de nossos países.

Não poderia deixar de mencionar nossa satisfação em notar que é bem vinda nesta rede a incorporação de representação dos Ministérios da Justiça dos países membros.

A pauta dos trabalhos que ora se iniciam confirma a convergência de interesses e preocupações dos nossos países. Espero que o encontro seja bastante proveitoso e desejo a todos sucesso no encaminhamento das diretrizes que certamente se abrirão com o desenvolvimento deste esforço conjunto.

Eu queria, senhor Presidente, dizer da minha alegria profunda de participar da abertura deste encontro.

Há treze meses no Governo, tomei a iniciativa de tornar prioridade a nossa relação com a América do Sul e com a América Latina. Em doze meses, fizemos reuniões com todos os presidentes dos países da América do Sul, aqui



no Brasil, outras tantas reuniões com presidentes de países da América do Sul e América Latina, em outros países.

Recuperamos o Mercosul e estamos, hoje, cientes de que o Mercosul não será mais um privilégio de Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Logo, logo, todos os países da América do Sul estarão fazendo parte do Mercosul, com quem acabamos de firmar um acordo preferencial com a Índia, fazendo com que a América do Sul e a América Latina sejam vistas por outros países como um continente sólido, de dirigentes comprometidos com a integração, que não pode ficar apenas no discurso secular que historicamente fazíamos. A integração se dá com práticas como esta que vocês estão fazendo neste encontro, discutindo os problemas e tentando encontrar soluções para que todos os países possam, naquilo que for bom e adaptado à realidade de cada um, ser colocado em prática, para que a gente construa um continente com mais justiça social para o nosso povo.

Mas mais importante ainda é que tomamos uma decisão e o tempo se encarregará de comprovar o tamanho e a dimensão da decisão: a de que vamos fazer a integração física da América Latina. A integração política e a integração econômica não podem prescindir da integração física, porque os nossos seres humanos que habitam o continente, os produtos fabricados por nós, sejam industriais ou agrícolas, precisam transitar. E, para transitar, temos que ter portos, aeroportos, hidrovias, estradas, pontes, senão, nós não teremos a integração efetiva do nosso continente.

E, neste mundo globalizado, onde os grandes blocos econômicos se fizeram acontecer e determinam as regras do jogo no mundo comercial, ou nós, que somos países com similaridades – muitos pequenos, muitos com uma capacidade produtiva muito limitada – ou nos juntamos e agimos como se fôssemos uma nação sul-americana para enfrentar os países ricos ou iremos passar muitas décadas sendo vítimas de uma política internacional, no campo



econômico e no campo comercial, injusta, que protege apenas os países mais ricos.

O que vocês estão fazendo é uma demonstração de que possivelmente os governantes da América Latina deveriam ter aprendido há mais tempo e ter seguido os passos que o nosso Poder Judiciário deu desde 1990, quando fez o seu primeiro encontro.

Meus parabéns e bom trabalho para todos.

/mcpro/lrj



**Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão
de abertura dos trabalhos do Judiciário em 2004**

Supremo Tribunal Federal, Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2004

Excelentíssimo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa,
Meu caro companheiro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos
Deputados,

Excelentíssimo governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, aqui
representando os 26 governadores brasileiros,

Ministro Sepúlveda Pertence, ministro do Supremo Tribunal Eleitoral,

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça,

Meu Amir Lando, ministro de Estado da Previdência Social,

Minha cara Dilma Rousseff, ministra de Estado de Minas e Energia,

Senador Jorge Armando Félix, ministro de Estado e Chefe de Gabinete de
Segurança Institucional,

Meu caro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, advogado-geral da União,

Dr. Cláudio Fonteles, procurador-geral da República,

Ministro Nilson Naves, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

Ministro Almirante de Esquadra, Carlos Eduardo César de Andrade,
presidente do Superior Tribunal Militar,

Ministro Francisco Fausto, presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Parlamentares aqui presentes,

Senhoras e senhores ministros da Suprema Corte brasileira,

Juizes aqui presentes,

Meu amigos e minhas amigas,



Estamos aqui para inaugurar o Ano Judiciário de 2004. Convidado pelo Exmo. Sr. Presidente desta Suprema Corte, Ministro Maurício Corrêa, sinto-me honrado em estar presente nesta solenidade plena de significado.

Mais do que simplesmente cumprir uma formalidade, exercendo o papel institucional que cabe ao Presidente da República, gostaria de propor uma reflexão acerca da importância do Poder Judiciário para a consolidação da democracia em nosso país.

A recente e rica história da construção de nossas instituições democráticas tem nos ensinado que o princípio basilar da separação dos poderes, inscrito em cláusulas pétreas da Constituição Federal, merece respeito e afirmação permanente da sua importância.

A nós, cuja história de vida confunde-se com a luta dos brasileiros pelas liberdades e pela democracia, não é dado o direito de esquecer que, hoje, os poderes da União - Legislativo, Executivo e Judiciário - são independentes e harmônicos entre si, como sempre sonhamos.

O respeito que nutre o relacionamento dos membros dos três poderes e a estima que agasalha as relações institucionais entre os seus comandos devem sinalizar para a sociedade o apreço que temos pelas nossas instituições – este deve ser o significado das nossas presenças nesta solenidade.

Mas nós acalentamos também outros sonhos. Sabemos todos da necessidade do permanente aperfeiçoamento e fortalecimento das nossas instituições. O debate aberto, franco e responsável, certamente contribui para esta tarefa, que deve ser de todos nós.

Temos feito e faremos o melhor dos nossos esforços para que o Executivo cumpra seus objetivos, exerça plenamente suas atribuições constitucionais e atenda aos anseios legítimos da população.

O governo é submetido diariamente à exposição pública e seus atos são permanentemente fiscalizados pela atuação soberana dos membros do Poder



Legislativo e submetidos ao controle de legalidade por ação responsável do Poder Judiciário.

Mas não há como negar - há muito que fazer e o Poder Executivo deve prestar mais e melhores serviços à população.

O Poder Legislativo tem também procurado exercer o seu papel e honrar os votos que seus membros receberam nas eleições. Temos demonstrações recentes do árduo trabalho dos parlamentares para o cumprimento da extensa agenda política do país.

A dinâmica própria do trabalho realizado pelo Legislativo, legislando e fiscalizando a atuação do Executivo, não tem sido empecilho para que a população periodicamente o avalie nas urnas. Nós que lutamos tanto pela afirmação do Legislativo e pelas prerrogativas dos parlamentares sabemos da necessidade de manutenção da luta pelo seu fortalecimento e permanente aperfeiçoamento de sua atuação.

Ao Poder Judiciário são reservadas atribuições da mais alta relevância para o país. Não podemos também nos esquecer do papel fundamental exercido por este Poder para a construção da nossa democracia e para a constituição da cidadania do brasileiro. A atuação dedicada dos magistrados e demais membros do Judiciário é reconhecida por todos nós que lutamos por um país cada vez mais bem preparado para enfrentar os desafios do mundo globalizado.

Ao país interessa um Judiciário cada vez mais forte, apto a responder às exigências da sociedade - adequado, enfim, às necessidades do nosso tempo.

O governo, eleito democraticamente pela população brasileira, não pode se omitir do debate atual sobre a necessidade de se realizar uma reforma do Poder Judiciário. Trata-se de questão fundamental para o país - participar desta grande discussão é homenagear o Judiciário e reconhecer a importância que lhe é assegurada no concerto dos poderes da República.



Realmente, a relevância do tema tem exigido dedicação especial do Governo, que entende ser esta uma questão a ser vista sob amplo contexto. Não há medida isolada que tenha o condão de solucionar os problemas e dificuldades do Poder Judiciário como num passe de mágica.

Por essa razão, a reforma do Poder Judiciário deve estar centrada em três grandes eixos – a modernização da gestão do Poder Judiciário, as alterações da legislação infraconstitucional e a reforma constitucional propriamente dita.

O primeiro eixo se traduz na tomada de medidas que independem de alterações legislativas e se referem à incorporação de novas tecnologias, padronização de procedimentos, informatização, capacitação de pessoal, etc.

A obsolescência da máquina pública colocada à disposição do Poder Judiciário, como de resto, em grande parte da administração pública brasileira, é fator que impede a melhoria da prestação jurisdicional.

Muito pode ser feito neste aspecto e o governo tem dado a sua contribuição através da valorização de iniciativas concebidas pelos próprios juízes, que são as maiores vítimas da excessiva burocracia, da morosidade e da carência de recursos humanos. Modernizar a administração da justiça é ampliar o espaço público de exercício da cidadania, na perspectiva de fortalecimento da nossa democracia.

Há um sentimento na sociedade de que o verdadeiro problema do Poder judiciário é a lentidão, a demora da tramitação dos processos judiciais.

Há consenso nos meios jurídicos de que este problema só será resolvido com alterações nos códigos de processo civil e penal.

Trata-se, na verdade, da valorização de um processo permanente de atualização da legislação infraconstitucional, adequando-a à evolução dos tempos, às modificações das relações que ocorrem permanentemente na sociedade.



O Governo estará encaminhando brevemente ao Congresso Nacional projetos de simplificação dos sistemas de recursos, dos processos civis de execução judicial, extrajudicial e fiscal, e introduzindo novas formas de solução de conflitos através da mediação e conciliação.

A reforma constitucional já tramita no Congresso Nacional há doze anos. Os temas mais importantes já foram objeto de intensos debates pelos meios jurídicos e pela sociedade. Como já dito, esta reforma constitucional não trará, isoladamente, solução para os problemas relacionados à lentidão da Justiça - mas ela é fundamental para trazer maior racionalidade e transparência para a instituição.

Já há amadurecimento suficiente no país para que o Senado Federal aprove, ainda que em parte, o projeto de emenda constitucional aprovado pela Câmara.

O Governo já manifestou publicamente seu posicionamento em defesa da criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Conselhos compostos por representantes dos diversos segmentos dos operadores do direito e da sociedade civil, que tenham atribuições de planejamento e avaliação administrativa, desenvolvimento de planos que assegurem a autonomia, eficiência administrativa, orçamentária e financeira e o zelo pelo cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados e membros do Ministério Público.

A reforma do Poder Judiciário – com a melhoria do seu funcionamento e a ampliação do acesso da população de baixa renda à prestação jurisdicional – é um dos grandes objetivos a serem perseguidos por todos aqueles que, como nós, sonham com um país mais justo e mais democrático.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração de um ano do Programa Fome Zero e da criação do Consea

Palácio do Planalto, 03 de fevereiro de 2004

Meu caro companheiro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Meu caro companheiro Luiz Marinho, presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro companheiro Patrus,

Governador Wellington. Está aqui por causa das enchentes? Ficou com medo de morrer afogado? Nós vamos pedir a Deus que diminua a chuva nas cidades e aumente um pouco no campo.

Meu caro deputado João Caldas, presidente da Frente Parlamentar de Combate à Fome,

Meus companheiros do Consea,

Meus companheiros e companheiras ministros e ministras,

Meus senhores e minhas senhoras,

Esta reunião extraordinária do Consea é quase que um balanço daquilo que o Consea fez durante o ano passado. E mais ainda, era necessário fazer esta reunião, até para que nós pudéssemos apresentar para todo mundo o nosso companheiro Patrus, que passa a ser o ministro que terá a tarefa de ajudar a combater e a organizar o combate à fome no Brasil.

Vamos lembrar que o Consea foi instalado oficialmente e os conselheiros foram empossados em 30 de janeiro de 2003. Portanto, no dia 30 agora completou um ano. No dia 24 de fevereiro de 2003 foi realizada a primeira reunião extraordinária do Consea, quando vocês aprovaram o



regimento. E nessa reunião foi debatido e aprovado o Plano Safra 2003/2004. Eu não tenho dúvida nenhuma que, possivelmente, a discussão do Plano Safra 2003/2004 tenha sido uma das que apresentou os melhores resultados de todas as reuniões do Conselho. Ou seja, não só o Governo assumiu a proposta que o Consea fez, como foi colocada em prática para financiamento da agricultura familiar.

Mas é importante lembrar que o Consea debateu coisas extraordinárias neste primeiro ano de funcionamento. Em muitos desses debates participaram ministros, ministras e convidados. Não foram apenas as discussões sobre política de combate à fome, eu penso que as discussões do Consea atingiram coisas importantes. O Consea ajudou, estimulou a organização dos conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar, que já estão formados nos 26 estados da Federação, no Distrito Federal e em mais 133 municípios do Brasil. Não era uma tarefa fácil organizar esses conselhos, pois eu acho que é uma coisa extraordinária organizar a sociedade para trabalhar de forma voluntária por este país e encontrar pessoas que dedicam o seu tempo a isso, sem ter nenhuma contrapartida, a não ser a satisfação de estarem fazendo o bem.

Nós vamos agora consagrar o Consea com uma segunda conferência de segurança alimentar, que eu penso que será realizada em março. E eu espero que seja uma conferência onde as pessoas possam trazer, não apenas a sua energia positiva, mas as idéias de como fazer.

O Consea criou três câmaras temáticas. Criou uma para discutir a economia, produção e distribuição; criou outra para discutir nutrição saúde e consumo e criou uma terceira para discutir sistemas de avaliação, monitoramento de segurança alimentar nutricional e instrumentos de ação inovadores.

Também o Consea criou sete grupos de trabalho sobre os seguintes temas: Plano Safra, transgênicos, mutirão contra a fome, II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, Fome Zero e Promoção da Igualdade Racial, Convivência com a Seca e Programa de Alimentação do Trabalhador.

Em março, o Consea me encaminhou uma resolução contendo propostas para a adoção de medidas para a agricultura familiar e os



assentados da reforma agrária. É importante lembrar que fomos ao Nordeste brasileiro, no primeiro semestre do ano passado, assumir compromissos com os trabalhadores do semi-árido.

Em abril, o Consea autorizou o Mesa a formar termo de parceria com a ASA – Articulação do Semi-árido, para viabilizar a construção de 11.146 cisternas nos municípios do semi-árido nordestino. Aqui, é importante lembrar que uma novidade aconteceu, por conta do nosso companheiro Oded Grajew, que, por motivos particulares, deixou de trabalhar na Assessoria Especial, junto com o Frei Betto. Mas, aqui, o fato novo é que, pela primeira vez na história do Brasil, a Febraban, a Federação dos Bancos assumiu, em um ato realizado aqui, a responsabilidade de construir 10 mil cisternas.

Para quem tem o projeto de construir 1 milhão, 10 mil é muito pouco. Mas imaginem a construção do Muro da China, se alguém não tivesse colocado o primeiro tijolo, ele não estaria pronto. Eu, inclusive, brincava com a Direção da Febraban, quando fomos inaugurar, lá no sertão da Paraíba, uma cisterna, e pude ver tantos representantes das entidades dos bancos junto comigo, inaugurando a cisterna. Aquilo me despertou a certeza de que nós poderemos convencer outros setores empresariais a darem as suas contribuições.

Acho que aquilo que parecia impossível, tocado somente pelos companheiros da ASA, vai ser muito mais fácil se a gente conseguir convencer as pessoas a contribuírem, financiando a construção de cisternas. Com mil e poucos reais a gente pode construir uma cisterna. Fico imaginando vocês, aqui. Se cada um quiser dar uma cisterna, quantas a gente vai poder anunciar para os companheiros? E cada um pode dar sem muito peso no orçamento familiar, ao final do mês, salvo os que estão no Governo, que estão ganhando pouco.

Em maio, foi publicada a resolução que criou um grupo de trabalho interministerial para elaboração e execução do Plano Safra. Em junho, foi criada a oficina de trabalho sobre sistemas de avaliação do monitoramento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, na Enap, com a presença de representantes como o IBGE, Fundação Getúlio Vargas, Ipea,



Fiocruz, Unicamp e do Governo, como o Mesa e o Ministério da Assistência Social.

Em julho, assumimos o compromisso de participar, com os companheiros da ASA, do projeto de construção de 1 milhão de cisternas. Em agosto, foram apresentadas e discutidas as diretrizes para a unificação dos programas sociais de transferência de renda. E também foi discutida a questão dos transgênicos. É importante lembrar que a questão dos transgênicos, Marinho, que o Consea discutiu, foi transformada num projeto de lei, enviado pelo Governo à Câmara dos Deputados que, segundo o presidente João Paulo, talvez seja votado amanhã. Talvez não se vote o projeto que o Governo enviou, mas quem conhece o jogo parlamentar sabe que, lá, não fazemos o que queremos. Lá, fazemos o que podemos, porque tem outras forças políticas, tem outros interesses e nós negociamos até chegar a alguma coisa que não descaracterize a idéia principal do projeto de biossegurança.

O Consea trabalhou muito.

Em setembro, Marinho, vocês aprovaram uma resolução aqui, solicitando a minha intervenção junto aos presidentes do Banco do Brasil e Banco Central, a fim de estabelecer procedimentos que possibilitem a execução do Plano Safra em tempo útil. Isso para que os banco agilizassem a liberação de recursos, porque, muitas vezes, demora um pouco mais do que o desejado.

O Consea também autorizou o Ministério da Segurança Alimentar a firmar convênio com a rede de informações para o terceiro setor, que possibilitou a implantação de mil telecentros comunitários em municípios atendidos pelo Cartão Alimentação e pelos consórcios de segurança alimentar.

Depois, vocês tomaram a decisão de transformar o Consea, tendo como patrono o Josué de Castro.

Depois, foi chegando o final do ano e vocês pararam de trabalhar muito. Mas, só para lembrar, em novembro, o Consea discutiu e criou o grupo de trabalho para avaliar a criação do Conselho Nacional de Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada, vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos. E aprovou um documento elogiando o sucesso da implantação do



Plano Safra 2003/2004.

Em dezembro, vocês fizeram o balanço de realizações, e espero que a Ana Cláudia esteja trabalhando com toda força possível para que seja uma grande conferência, como as outras que fizemos aqui.

Depois, foi realizado o ato de lançamento do Sisvan, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, entre o Mesa, o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde. Depois, foi aprovado o aditamento do termo de parceria com a ASA.

E tudo isso que vocês fizeram, Marinho, culminou em alguns números que acho interessante, Patrus, você que está assumindo o Ministério agora, ter noção. Municípios atendidos pelo Programa Fome Zero: 2.369. Municípios capacitados: 2.466. Comitês gestores criados: 2.238. Famílias atendidas: 1.901.280.

Ora, esses números mostram que o ceticismo demonstrado por algumas pessoas sobre o Programa, não tinha razão de ser. Quem pegar os gráficos do programa Fome Zero vai perceber que nós tivemos um primeiro semestre de organização, quando o companheiro Graziano recebeu todas as críticas que um governante pode receber. E, depois de junho, quando estava criada a base do Programa, se vocês pegarem as pesquisas, vão perceber que os gráficos subiram praticamente numa linha reta. A gente saiu de 300 municípios para 1 mil e 200 municípios, em três meses. Só pensa que é fácil quem nunca trabalhou com organização da sociedade civil, pois quem tenta organizar as pessoas sabe que é difícil.

Entretanto, o que a gente pode perceber é que o programa Fome Zero, no seu primeiro ano fez, na minha opinião, muito mais do que a estrutura do próprio Ministério permitia que fosse feita. E fez porque a sociedade civil acreditou, porque companheiros do Brasil inteiro, muitas vezes no anonimato, ao invés de pararem para criticar o que faltava fazer, iam realizar aquilo que era possível no momento. E o Programa fez porque companheiros com o Oded Grajew e como Frei Beto trabalharam, como jamais trabalharam na sua vida, viajando por este país com seus assessores, para que a gente pudesse passar para a sociedade a idéia de que um plano como esse só poderia dar certo se a



sociedade assumisse para si a responsabilidade.

Nós chegamos a um momento em que eu dizia para todo mundo que não teve nenhum momento na História do Brasil onde a sociedade esteve tão ávida a participar de um programa como esteve no programa Fome Zero. Houve momentos em que a gente não tinha estrutura para atender à demanda imposta pela sociedade ao Programa. E era demanda de gente muito rica como, por exemplo, Abílio Diniz, do Pão de Açúcar, de gente da mais longínqua periferia, da mais longínqua cidade brasileira, dizendo que queria dar a sua contribuição para que o programa tivesse resultado.

No mês de agosto, nós chegamos à conclusão de que era preciso acabar com a dispersão das políticas sociais no Brasil. Nós tínhamos Vale-gás, tínhamos Vale-alimentação, Bolsa Escola, o Programa Fome Zero. Então, tomamos a decisão de unificar os programas e tivemos que detectar a primeira coisa que nós deixou preocupados. Eu não sei se a Ana Fonseca está aqui. Mas o que nós descobrimos? Os cadastros que cuidavam de políticas sociais neste país eram muito pouco confiáveis. Tinha gente recebendo, muitas vezes, mais benefícios do que tinha direito, e tinha muita gente não recebendo nenhum. A unificação desse cadastro deu trabalho, levou tempo. E no dia 27 de outubro, nós anunciamos o primeiro lote de pessoas beneficiadas com o novo cadastro. Nós anunciamos 1 milhão e 200 mil famílias, já pelo cadastro novo, que deixaram de receber, em média, 22 reais por mês, para receber, em média, 72 reais e 50 centavos, ou seja, três vezes mais do que vinham recebendo antes.

E para minha grata surpresa, no dia 27 de dezembro, nós pudemos anunciar que o Bolsa Família atendeu ao nosso projeto para 2003, que foi atendimento de 3 milhões, 615 mil famílias, ganhando, em média, 72 reais e 50 centavos, contra os 22 reais que receberam em 2002. Não é pouca coisa para se fazer em tão pouco tempo. É pouca coisa se nós analisarmos o que precisa ser feito no nosso país.

Qual é a minha tranquilidade com tudo isso? Eu já disse aqui várias vezes, e vou repetir: eu nunca tive, na minha vida, alguma coisa que acontecesse com facilidade. Aliás, eu acho que poucos brasileiros foram tão



criticados, na sua vida, como eu. Houve um tempo em que eu era unanimidade, quando dirigente sindical. Inventei de criar um partido político. Vários daqueles que eu pensava que me tinham como unanimidade viraram meus inimigos, ou seja, para chegar onde nós chegamos, muitos aqui sabem o que nós amassamos de barro.

Esse programa de política social pretende atingir onze milhões de famílias, e nós vamos chegar lá. Nós já temos um ano de Governo, tenho três pela frente ainda. E tenho certeza de que nós vamos chegar lá, porque é uma definição do Governo de chegar, porque a sociedade brasileira está querendo, trabalhando e torcendo para que a gente chegue lá. E nós vamos chegar, porque nós não estamos sozinhos nessa luta.

Quando fui a Davos, em janeiro do ano passado, já tinha ido ao Fórum Social Mundial. Naquele momento foi uma decisão difícil. Imaginem vocês, o Lula, eleito presidente da República, participante de todos os dois encontros do Fórum Social Mundial, dirigente do principal partido de esquerda deste país, amigo de pelo menos 90% das pessoas que estavam participando do Fórum Social Mundial, e eu inventei de ir a Davos. E quando decidi ir a Davos, não foram poucas as pessoas que disseram: “não vá. Não vá porque lá é um encontro da elite econômica do mundo, você não tem nada a fazer lá. E mais ainda, o pessoal do Fórum Social Mundial não vai gostar que você vá.” Houve até quem pedisse para que eu não fosse ao Fórum Social Mundial, achando que se eu fosse lá, eu seria vaiado. Pois bem, eu fui ao Fórum Social Mundial comunicar que iria a Davos. E é muito engraçado, porque um dos momentos mais importantes do encontro foi a hora em que eu anunciei que iria a Davos, não como militante do Fórum Social Mundial, mas como presidente da República do Brasil, para defender interesses do meu país no Fórum, pois eu queria que as pessoas soubessem algumas verdades que, possivelmente, nunca tivessem ouvido. Fui a Davos, e foi em Davos que levantamos, pela primeira vez, no Fórum Internacional, a questão do Fome Zero.

Nessa relação internacional, as coisas não acontecem com a facilidade que a gente deseja. O Samuel Pinheiro está aqui e sabe que um acordo qualquer que a gente faça, em nível internacional, às vezes demora cinco,



quatro ou três anos. Às vezes um acordo já foi assinado por um presidente e é reiterado por outro. Às vezes uma coisa fica no Congresso Nacional alguns anos para ser referendada, ou seja, as coisas não são simples. Mas nós fomos a Davos e depois eu fui a Evian.

Eu nunca, na minha vida, tinha pensado que poderia, em tão pouco tempo, participar de uma reunião onde estivessem o presidente dos Estados Unidos, o presidente da Índia, da China, da Inglaterra, da Itália, da Alemanha, da França e de outros doze países. Pois bem, nós fomos lá. E eu fui com muito orgulho porque eu queria falar do programa Fome Zero. Não pensem que as pessoas entendem com facilidade, como vocês entendem, quando a gente fala de Fome Zero lá fora. Principalmente quando a gente fala junto aos países desenvolvidos. Eles não têm nem obrigação de entender, porque superaram esse mal há cinquenta ou sessenta anos. Mas eu fui a Evian e falei do Fome Zero. Não sei se eles queriam ouvir, mas eu queria falar, pois aquele era o meu tema.

Depois eu tive uma conversa com o Bush. Eu falei: “olhe, Presidente, a minha guerra não é a sua guerra. A minha guerra é contra a fome.”

Bom, comecei a perceber que o Programa Fome Zero foi ganhando corpo, Patrus, no mundo inteiro. Você pode ter certeza de que você vai ter oportunidade de viajar e perceber que, em qualquer país onde você chegar, os governantes conhecem o Programa Fome Zero lançado aqui, no Brasil.

E não poderia ter acontecido coisa melhor do que a que aconteceu, nesta semana. Eu fui a Genebra, na volta da Índia, para o encontro com o presidente Chirac e com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. E tínhamos um convidado especial, que era o presidente Lagos, do Chile. Lá, firmamos um protocolo e um compromisso para trabalhar de forma mais intensa a questão do Programa Fome Zero junto a outros países. E mais do que isso: começamos a discutir, criamos um grupo técnico entre Brasil e França, em que vamos aprofundar a discussão sobre os tipos de fundos que precisamos criar para acabar com a fome.

A ONU já tem muitos fundos. Vocês não imaginam a quantidade de fundos que já foram aprovados na ONU. Mas são aprovados numa reunião



onde todos os presidentes assinam e, depois, ninguém dá dinheiro. Na última Assembléia Geral da ONU, no dia 23 de setembro do ano passado, fizemos um gesto. Muitas vezes, acho que a política é feita de gestos, que não são entendidos no momento em que são feitos. Às vezes, leva-se anos para se entender um gesto.

Naquele ato, eu tinha recebido um cheque de 50 mil euros, que dá um pouco mais de 50 mil dólares. Nem consultei a dona Marisa. Pedi para o Príncipe das Astúrias me antecipar o cheque e o entreguei para um fundo criado pelo PNUD, que existe na ONU. E, mais ainda: levei um documento, dizendo que havia mais 1 milhão e 600 mil dólares, que o companheiro Oded Grajew tinha conseguido junto a grandes empresas multinacionais e empresas nacionais. Estão lá, já garantidos, 1 milhão e 650 mil dólares.

É pouco para quem precisa de bilhões, mas vamos supor que, com 50 bilhões, a gente começasse a resolver, de verdade, o problema da fome. Onde arrumar 50 bilhões? Então, começam a surgir propostas, como o projeto de renda mínima, Suplicy, pelo qual você batalhou 11 anos para ser aprovado, e ainda está longe de ser o projeto original que você sonhava.

Não tenho a ilusão de que a gente vá conseguir, no mês que vem, criar um fundo internacional. É preciso que a gente vá fazendo a nossa parte, porque é o cumprimento da nossa obrigação que nos dá autoridade moral para começar a cobrar que os outros cumpram com a sua.

Por exemplo, o mundo movimenta, com o comércio de armas, por ano, 900 bilhões de dólares e eu disse, um dia: por que não se taxa o dinheiro da venda de armas? Sei lá, não sei se é isso, mas é uma idéia. Imaginem um percentualzinho em cima de 900 bilhões, quanto não dá em dinheiro? Agora, imaginem vocês um pequeno percentual em cima de todas as transações financeiras feitas no mundo, imaginem uma coisa tipo CPMF... Não precisa ser nem os 0,38%. Pode ser 0,05%. Imaginem também o que pode dar de dinheiro se a gente taxar o que entra e sai dos paraísos fiscais.

Existem muitas possibilidades e não alimento a ilusão de que, na próxima reunião que tiver com os presidentes, irei convencê-los, mas vamos fazer.



Tenho a convicção de que o ser humano é 70% coração e 30% racionalidade. Acho que o ser humano é tocado pela emoção, mesmo aquele que parece, às vezes, não ter nenhuma. Eu acho que, em algum momento, a gente consegue atingir o coração dele e isso pode ocorrer fazendo-se política.

Por exemplo, Marinho, uma sugestão para você, como presidente da CUT: vou começar a enviar cartas para os presidentes de todos os países, pedindo sugestões. Não quero ser o pai da criança. Não vou tirar patente da campanha. Da campanha, o que quero é o resultado final. Se o resultado final resolver o problema da fome do mundo, eu me dou por satisfeito. Mas podemos mandar cartas para cada presidente, pedindo sugestões.

Fico imaginando, Marinho, se você, em nome da CUT, em nome das outras entidades sindicais, mandar uma carta para todos os sindicatos do mundo ou para todas as centrais, pedindo que os sindicatos façam gestões junto aos seus governos, para que eles comecem a discutir o programa Fome Zero.

Fico pensando se os companheiros da Abong, aqui no Brasil, começarem a mandar cartas para todas as ONGs do mundo, solicitando que os governantes, nos seus países, comecem a discutir a questão da criação de um fundo.

Fico imaginando se uma CNBB resolve mandar cartas para todas as pessoas da Igreja Católica espalhadas pelo mundo, pedindo para que os governantes coloquem na ordem do dia a questão de um fundo de participação da fome.

Aí, fico imaginando se a Igreja Evangélica fizer a mesmo e cada parlamentar fizer o mesmo. Ou nós criamos um movimento político para transformar esse problema social da fome num problema político ou será muito mais difícil, porque os famintos não estão organizados em sindicatos, não estão organizados em partidos políticos, eles estão dispersos nas mais diferentes periferias deste país.

Nós tivemos um primeiro momento, em que priorizamos as pequenas cidades. Mas, agora, temos que atacar as grandes cidades deste país, porque é nelas que pode haver uma combinação danosa ao futuro do nosso país: a



combinação do desemprego, da desesperança, da desagregação, com a droga e a violência. E é aí que precisamos atacar profundamente o problema.

Por isso, a tarefa de vocês é uma tarefa difícil, mas boa, que só pode ser feita por pessoas que têm o coração como tem o Graziano, como tem a Benedita, como têm vocês. Pessoas que colocam, muitas vezes, o coração e a emoção à frente da razão. Na dúvida, não vacilem: deixem o coração lhes guiar e não haverá erros.

Então, voltei de Genebra com a convicção de que demos mais um passo importante. Neste ano, vamos continuar com a nossa peregrinação. Um dia, as coisas acontecem.

Os países ricos falam em dar alimento. A experiência de doar alimento em espécie não tem sido boa em vários países do mundo. Quando os países ricos falam em doar alimentos, nós precisamos tomar cuidado, porque, muitas vezes, pode ser muito mais para ajudá-los com a sua produção agrícola do que para ajudar os famintos. O que nós precisamos é ir criando, com muita consistência, a idéia fixa de que o combate à fome está intimamente ligado ao desenvolvimento, ao crescimento econômico e à distribuição de renda no mundo inteiro.

Por isso é que, nessa conversa, eu disse ao presidente Chirac que, ao invés de a gente dar alimento a um outro país, seria melhor dar financiamento para que os pequenos agricultores pudessem plantar. Eu estou dizendo para vocês que muitas vezes o uso da palavra é muito mais fácil do que praticar o que a gente fala. Se a gente não for teimoso, num determinado país onde o problema da fome não aflige aquele governo, ele vai esquecer o que nós discutimos na hora em que a gente virar as costas. Nós, que temos interesse, é que devemos falar permanentemente neste assunto.

Estou certo, estou convencido de que possivelmente cometemos muitos erros neste primeiro ano. E não poderia ser diferente. A coisa que eu mais queria na vida era que o meu filho aprendesse a andar sem cair, sem levar nenhum tombo, mas ele levou muitos tombos até aprender a andar.

O programa Fome Zero e o Bolsa-família, na minha opinião, estão consolidados no nosso país. Falta agora atender à plenitude de pessoas que



precisam ter acesso a eles. E isso exige recursos. E para ter recursos a economia precisa crescer. Nós precisamos arrecadar mais e colocar mais dinheiro na política social.

Eu quero terminar dizendo aos companheiros do Consea que podem estar certos que vocês têm muita responsabilidade pelo que aconteceu este ano. Responsabilidade sobre as coisas boas. As coisas ruins, podem jogar para cima do Presidente, não tem problema. Eu acho que o Graziano cumpriu um papel extraordinário e acho, Patrus, que você pode dar uma continuidade excepcional, fazendo as adequações que precisam ser feitas, mas acredito que nós cumprimos corretamente o nosso primeiro passo.

Portanto, eu quero dar os parabéns a todos os companheiros do Consea e a você, companheiro Marinho, que nem queria vir para o Conselho, porque ia assumir a presidência da CUT. Mas eu disse a você que, no primeiro ano, era importante que alguém com liderança assumisse o Consea. Depois poderia mudar, sem nenhum problema. E foi importante você ter aceito essa tarefa, nem sempre condizente com as suas tarefas na CUT, porque você, legitimamente, representa uma parte da sociedade que tem cidadania, a parte que tem emprego, que tem carteira profissional, que tem salário, que se queixa do imposto de renda, porque são cidadãos e têm alguns direitos que esses, que nós estamos tentando representar no Consea, não têm.

Se eu puder dizer alguma palavra de agradecimento, eu gostaria de poder juntar todo o pessoal do Consea, aqui, e dizer para vocês: obrigado por existirem!

Muito obrigado.

/rss/lrj



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no culto ecumênico em memória dos funcionários do Ministério do Trabalho

Catedral de Brasília – Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2004

Meus companheiros deputados que estão presentes,
Ministros,
Meu querido José Alencar e sua esposa,
Marisa, minha esposa,

Familiares dos servidores do Ministério do Trabalho Ailton Pereira de Oliveira, Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage, Nelson José da Silva, que faleceram vítimas de um bárbaro assassinato, provocado e promovido ainda por quem, não sabemos. Mas, se Deus quiser, haveremos de, no menor tempo possível, descobrir o assassino ou os assassinos desses trabalhadores.

No dia 13 de maio de 1888 o Brasil festejava o fim da escravidão. No dia 28 de janeiro de 2004, às 10 horas da noite de Genebra e às 6 horas do Brasil, eu descia no aeroporto de Genebra e recebi um telefonema me informando que três fiscais e um motorista tinham sido assassinados na cidade de Unaí, estado de Minas Gerais, porque estavam fiscalizando a existência de trabalho escravo naquela região.

Eu me lembro da alegria com que o companheiro Jaques Wagner, então ministro do Trabalho, no meio do ano passado, me apresentava um grupo de fiscais que coordenavam o trabalho nacionalmente, para a apuração de trabalho escravo. E via, na cara das pessoas, a alegria de estarem sendo úteis ao seu país mas, sobretudo, sendo úteis àquilo que se propuseram a fazer e à sua própria consciência.

Todas as Constituições brasileiras dizem que o trabalho escravo é



proibido, no nosso país. A legislação do trabalho no Brasil, a CLT, já vai fazer 68 anos e determina regras para a contratação de qualquer trabalhador, em qualquer atividade. E nós estamos aqui, agora, com os familiares, dentre os nossos companheiros assassinados, a chorar, a lamentar e a torcer que nunca mais aconteça um crime como esse.

Possivelmente, em outros tempos eu estivesse, aqui, a cobrar pressa da polícia na apuração desse crime. Hoje, como Presidente da República, eu tenho a consciência de que foi feito, e está sendo feito o que podia e o que pode ser feito.

No mesmo dia, quando recebi o telefonema, lá em Unai já estava o companheiro Nilmário Miranda, secretário de Direitos Humanos; o companheiro Ricardo Berzoini, o novo ministro do Trabalho, porque o Wagner foi coordenar o Conselho de Desenvolvimento; a Polícia Federal; já estava o nosso companheiro José Alencar, presidente em Exercício, informado de toda a situação. E eu não tenho dúvida que os policiais federais que estão lá para fazer a apuração são o que nós temos de melhor.

Nem todo crime é desvendado. O que eu posso assegurar aos familiares é que nós faremos o que estiver ao alcance. Só não podemos condenar ou prender inocentes. Mas faremos o que estiver ao nosso alcance para sabermos quem matou, e se tem alguém que mandou esse alguém matar. Não descansaremos enquanto não apurarmos isso, para que sirva de lição a outros que porventura tenham a disposição de matar um chefe de família – que saiu de casa para prestar serviço à Nação, ao seu povo, para garantir o cumprimento da lei, para cumprir, pura e simplesmente, a Constituição do nosso país.

Aos familiares, eu, num momento como esse, tenho pouco a dizer, a não ser dizer para vocês que chorem o que puderem chorar. Porque, afinal de contas, quando a gente perde um ente querido, façamos o que fizermos, não o teremos de volta.



O que consola é saber que a pessoa que morreu era gente de bem. O que consola é saber que a pessoa que morreu estava cumprindo a sua função com dignidade, para favorecer pessoas que tinham tido, na vida, menos sorte do que eles.

O que é importante é saber que essas pessoas que morreram produziram filhos, como se uma árvore tivesse produzido o fruto. E nós precisamos cuidar para que esses frutos produzidos pelos companheiros assassinados possam se tornar sementes e possam se tornar árvores tão vigorosas quanto a do Ailton, a do Eratóstenes, a do João Batista e do Nelson José da Silva.

E, para isso, nós iremos fazer para com os filhos dos fiscais o mesmo que fizemos com as vítimas de Alcântara, no Maranhão, quando explodiu a nossa base de Alcântara e vinte e uma pessoas perderam a vida. Naquele incidente, o Governo assumiu a responsabilidade, mandando, obviamente, para que a Câmara dos Deputados discutisse a indenização e, ao mesmo tempo, garantisse a educação das crianças, até terminarem a universidade. É o mínimo que o Estado pode fazer para pessoas que morreram prestando serviços à comunidade.

Quero dizer ao ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini: se três fiscais incomodaram tanto que trataram de assassiná-los, a ordem é “mais fiscais, é incomodá-los muito mais”, porque não poderemos descansar enquanto houver neste país alguém voltando a ser escravo, em uma Nação que aboliu a escravidão em 1888.

Ao ministro Márcio Thomaz Bastos: Márcio, coloque o que mais a gente tiver de capacitação profissional, de tecnologia, porque não poderemos deixar impunes as pessoas que assassinaram quatro trabalhadores que estavam, na pior das hipóteses, sob a tutela do Governo brasileiro.

Aos familiares: toda paciência do mundo, porque o que pode alimentar vocês agora é saber que tem uma nova geração para ser cuidada e, ao mesmo



tempo, lembrar dos companheiros que morreram com a certeza de que vocês,
por todo o sempre, terão orgulho deles.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de instalação da Comissão Coordenadora do Programa
Nacional de Florestas**

Palácio do Planalto, 05 de fevereiro de 2004

Minha querida companheira Marina, ministra do Meio Ambiente,
Meus companheiros ministros,
Parlamentares,
Meu companheiro Miro Teixeira, líder do Governo,
Senhoras e senhores embaixadores acreditados junto ao Governo
brasileiro,
Meu companheiro Dulci,
Meu companheiro Jaques Wagner,
Meus caros empresários,
Meus caros representantes do movimento social aqui presentes,
Meus amigos e minhas amigas,

A história jamais cobrou tanta coerência da humanidade como agora no século XXI. Vivemos uma espécie de ajuste de contas. Um marco divisor entre o fim de uma era e o credenciamento para um novo ciclo. A principal carta posta na mesa questiona nossa capacidade de conciliar desenvolvimento, justiça social e progresso com o meio ambiente.

Trata-se de um imperativo estrutural e não uma escolha técnica. Uma questão de sobrevivência. Um projeto de civilização – e não apenas de governo.

Diferentes indicadores atestam que a exploração inadequada dos ecossistemas terrestres já ameaça a capacidade de regeneração da vida no planeta.



A natureza não deve ser encarada como um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, ela não pode mais ser atropelada por processos econômicos baseados na espoliação humana e ambiental.

Trata-se, portanto, de construir uma nova base de equilíbrio que se apóie na repartição das riquezas de forma justa e sustentável. Sem isso, fica muito difícil cultivar a semente do futuro – ela não germina em terra arrasada.

Essa repactuação do desenvolvimento com a vida orientou o Programa Estratégico de Fomento Florestal, para 2004-2007.

Quero ressaltar que hoje, aqui, apresentamos também mais um canal de diálogo entre Governo e sociedade, com a posse dos membros da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas – o Conaflor.

São representantes das organizações não-governamentais, da comunidade científica, dos trabalhadores e dos setores produtivos, além dos integrantes do governo. A partir de agora eles acompanharão as ações do Programa para garantir que nossos objetivos sejam plenamente alcançados.

O Brasil, como já foi dito, possui a segunda maior área florestal do planeta: 550 milhões de hectares de matas distribuídos em 60% de nosso território. Abdicar dessa riqueza seria renunciar à capacidade nacional de formular um projeto de desenvolvimento sustentável.

Pior ainda: seria compactuar com a lógica da exploração predatória, que ocuparia o vazio deixado pela omissão pública.

O Brasil já pagou um preço elevado por dissociar natureza e progresso: 600 mil quilômetros quadrados da Amazônia foram derrubados; mais de 20 mil quilômetros quadrados ainda tombam a cada ano; a Mata Atlântica reduziu-se a 7% de sua extensão original; ecossistemas preciosos, como a Caatinga nordestina, se enfraqueceram sob pressão insuportável.

Para reverter essa trajetória, o Programa Nacional de Florestas estabelece dois eixos: expansão da nossa base florestal plantada em conjunto com a recuperação de áreas degradadas; e expansão da área de florestas



naturais manejadas de forma sustentável, com a proteção dos ecossistemas de maior diversidade ecológica.

Criamos, então, linhas de crédito com prazos adequados às condições do setor florestal, acompanhadas de assistência técnica, apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico – bem como um novo marco regulatório do manejo sustentável das florestas nativas.

A primeira meta desse programa é promover o plantio de 2 milhões de hectares de florestas até 2007.

Nossa base florestal já foi de 6 milhões e meio de hectares. Hoje reúne cinco milhões, com um déficit de produção equivalente a 200 mil hectares por ano.

No clima brasileiro uma floresta plantada dá corte em sete anos, dependendo da árvore – não é, Marina? Eucalipto, por exemplo. Na Escandinávia ou no Canadá, que lideram o mercado mundial de madeira, esse ciclo pode demorar 40 anos.

Temos apenas 2% desse mercado enquanto a Finlândia, por exemplo, cujo território equivale à metade de Minas Gerais, tem 8% dele.

Expandir a atividade florestal brasileira não é apenas um bom negócio. Trata-se de uma oportunidade para criar um cinturão verde sustentável, que proteja a mata nativa e gere inclusão social.

Para isso, é necessário expandir plantios certificados com selo verde internacional, que hoje representam apenas 20% dos projetos existentes.

Queremos ainda incorporar ao crescimento do setor um forte segmento de agricultura familiar, permitindo que o pequeno agricultor possa se tornar também um produtor florestal.

É exatamente isso o que pretende esse programa.

Projetos empresariais vão assegurar 60% do plantio previsto até 2007. Os outros 40% ficarão a cargo de 100 mil pequenos produtores.

Plantar florestas é investir no futuro. Quando elas forem colhidas,



teremos 400 milhões de metros cúbicos de madeira e mais de 15 bilhões de dólares em produtos de base florestal.

Meus amigos e minhas amigas, 45% da Amazônia pertencem ao Estado brasileiro. E 83% dela têm níveis pluviométricos incompatíveis com atividades que promovam a retirada da mata e o desnudamento do solo. Nos anos 80, o pioneirismo ambiental de Chico Mendes provou que era possível gerar trabalho e renda com a floresta em pé. Hoje, a ciência e o mercado convergem nessa direção.

Dezesseis anos após o seu assassinato, tenho orgulho de anunciar que o Estado brasileiro decidiu transformar o sonho de Chico Mendes em uma política nacional de manejo sustentável de florestas.

Essa é justamente a segunda meta do nosso Programa: agregar 15 milhões de hectares de florestas públicas ou privadas a essa atividade para gerar 100 mil ocupações produtivas e incorporar 30 mil famílias à terra – sendo 20 mil em assentamentos florestais da reforma agrária.

A exploração certificada ajudará o Brasil a preservar espécies nativas, como o mogno, que desde outubro passado dispõe de regras de manejo e rastreamento para coibir o comércio ilegal.

Ano passado, por exemplo, com a venda do mogno apreendido, foi possível investir mais de 4 milhões de reais em um fundo que está beneficiando a população da região de Altamira com projetos de geração de empregos e proteção à natureza.

Nos próximos quatro anos vamos aplicar os mesmos princípios à extração seletiva e criteriosa de 40 milhões de metros cúbicos de tora e produtos da floresta. O conjunto deve gerar uma receita de 2 bilhões de dólares até 2007.

Finalmente, nosso programa prevê um esforço para reverter o mais criminoso dos desperdícios: o desmatamento que se transforma exclusivamente em devastação e abandono.



Um terço das derrubadas feitas na Amazônia criaram apenas desertos na floresta sem nenhum aproveitamento. Mas não só lá. Outros ecossistemas brasileiros, como a Caatinga, também exibem enormes cicatrizes.

No Nordeste, mais de 30% da matriz energética ainda depende da extração de lenha. Feita sem critérios e sem reposição, ela avança por áreas de reserva legal e corredores fluviais, onde se concentram as maiores taxas da biodiversidade regional.

Nosso projeto para a Caatinga vai investir 12 milhões de reais em 160 municípios do semi-árido nordestino e do Norte de Minas Gerais, em projetos de recuperação de mata nativa, corredores ecológicos produtivos e reflorestamento – em especial nas bordas do São Francisco.

Essa mesma preocupação orientará a aplicação de outros 10 milhões de reais em investimentos na recuperação de nascentes, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

E mais 15 milhões de reais na recuperação de 20 mil hectares de matas ciliares em todo o País, através do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Para associar a exploração florestal brasileira a essa dinâmica estamos alocando créditos de 1 bilhão e 800 milhões de reais até 2007, através do BNDES, PRONAF-Flora e PROP-Flora, Banco do Nordeste e Basa.

Adicionalmente, mais 150 milhões de reais serão investidos em capacitação, assistência técnica, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

O desenvolvimento justo e sustentável é o caminho que nos permitirá construir um século XXI melhor para todos. É por ele que a humanidade poderá viver dignamente e a Terra persistirá com toda a sua riqueza e diversidade naturais.



Portanto, quero desejar aos membros do Conaflor boa sorte e um bom trabalho nessa missão de preservar e ampliar as nossas florestas.

Eu quero dizer aos empresários que, com a criação do Conaflor, a Marina coloca em prática um discurso e uma prática nova no Brasil. A companheira Marina disse, logo no início do Governo, que não queria ser a ministra que passasse para a História como uma pessoa que só sabia dizer não ou dizer que não podia. Ela queria passar para a História como a ministra que, ao invés de dizer não, discutisse como fazer o melhor possível para que a gente pudesse lidar com os ecossistemas, com a biodiversidade, sem que isso pudesse causar prejuízo às futuras gerações. E é isso que ela fez, com muita paciência, nem sempre compreendida.

Mas uma coisa fica clara neste evento de hoje: nós provamos que, quando há diálogo, quando há disposição do Governo e da sociedade para sentar em torno de uma mesa e conversar, os resultados normalmente são melhores e para todos.

Nós tivemos uma primeira conversa com os empresários do setor de florestamento em março do ano passado. E eu senti, naquela reunião, como sentiu a Marina, o ministro Roberto Rodrigues e o ministro Furlan, que os empresários que estavam sentados àquela mesa também se interessavam por uma política de floresta que pudesse levar em conta a manutenção do nosso ecossistema, da nossa biodiversidade. E que, ao mesmo tempo, a gente poderia fazer a política correta, até porque, se não fizermos, teremos problemas na nossa relação com o mundo lá fora, que está cada vez mais exigente.

Eu senti, naquela primeira reunião que fiz com os empresários, que nós não teríamos problemas e nem enfrentamento se fôssemos capazes de produzir uma boa política para utilizar a floresta como forma de produzir empregos e geração de riqueza para o nosso povo.

Hoje, isso está consagrado, aqui, pelo discurso do Ministério do Meio



Ambiente, pelo discurso dos empresários e pelo discurso da nossa companheira que falou em nome do movimento social. Só lembrando que não tenho como fazer o Senado andar mais rápido que o seu próprio tempo. Mas eu acho que vai mais rápido do que foi no passado.

Por último, quero dizer a vocês que estamos vivendo um momento da humanidade em que não perderemos nada se fizermos as coisas corretas. Se não ganharmos 1 milhão como a gente quer ganhar este ano, poderemos ganhá-lo no ano que vem, pois precisamos de um tempo adequado para discutir bem cada coisa que iremos fazer, para não permitir que aconteça, daqui para a frente, o que estamos vendo, hoje, no Brasil.

Ontem, fui a dois estados brasileiros – na verdade, a três, porque indo a Petrolina, tenho que ir a Juazeiro. Portanto, fui a Pernambuco, à Bahia e fui ao estado do Piauí. E, vamos ser francos: grande parte das enchentes no Brasil ocorrem, primeiro, pela quantidade das chuvas, que estão caindo mais do que deviam. Nós temos cidades no Nordeste onde, nos últimos dez anos, chovia, em média, 50 milímetros no mês de janeiro. Agora, choveu 400, 500, 300, 280 milímetros. Portanto, não existe poder ainda – e é bom que seja assim – para a humanidade controlar a força da natureza.

Segundo: além da quantidade de água, que é demais, há um pouco de irresponsabilidade histórica no nosso país. Eu visitei lugares onde as pessoas moram praticamente num buraco. E é certo que, com qualquer chuva um pouco mais forte, aquilo vai encher de água, como as enchentes de São Paulo, mesmo que se possa construir tudo que for possível construir em São Paulo. A verdade é que, de forma inadequada, as pessoas pobres vão para a beira de córregos ou para as encostas de morros, porque não têm para onde ir.

Num passado não muito longínquo, pessoas que não tinham consciência ganharam dinheiro vendendo loteamentos em áreas que não podiam ser loteadas. São muitos os culpados.

Confesso a vocês que fico com pena dos prefeitos em épocas de chuva,



porque, quando dá um trovão, já fica todo mundo preocupado, porque sabe que há lugares que vão encher – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Belo Horizonte, Belém, Rio Branco – porque as pessoas estão ocupando lugares inadequados e, normalmente, são a parte mais pobre da população.

O que estamos fazendo aqui, hoje, é um sinal para a sociedade brasileira. Não custa nada a gente fazer as coisas corretamente, não custa nada a gente discutir um dia a mais, não custa nada a gente pensar naqueles que virão depois de nós e lembrar que temos responsabilidade porque alguns fomos nós que pusemos no mundo e, portanto, temos que cuidar deles com muito carinho.

Quero desejar a vocês, que foram empossados hoje, que já se reuniram ontem, toda a sorte do mundo. Quero dizer para vocês que vale a pena, muitas vezes, a gente não tomar uma decisão precipitada num determinado momento e esperar um outro momento até que a gente consiga ouvir alguém mais inteligente, alguém com mais bom senso. E vale a pena, em cada passo que a gente der, saber que passo estamos dando, quem a gente vai beneficiar e quem a gente vai prejudicar, porque, certamente, não queremos dar passos para prejudicar ninguém.

Meus parabéns, companheira Marina, meus parabéns, Capobianco, meus parabéns, empresários e representantes da sociedade. Que Deus os ajude a continuarem se aperfeiçoando cada vez mais.

Muito obrigado.

/lrj/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
audiência com o presidente mundial da General Motors Corporation,
Richard Wagoner**

Palácio do Planalto, 06 de fevereiro de 2004

Eu queria, primeiro, cumprimentar o governador Germano Rigotto,
Cumprimentar o ministro Tarso Genro,
Cumprimentar os senadores Paim, Pedro Simon e Zambiasi,
Os deputados Mendes e Beto Albuquerque,
Cumprimentar o presidente da General Mundial, Richard Wagoner,
Cumprimentar os demais diretores da GM,
Cumprimentar o meu querido Bordignon, prefeito de Gravataí, que está
com um sorriso de orelha a orelha,

E dizer ao presidente da GM que esse investimento em Gravataí,
demonstra um acerto da GM em acreditar no Brasil. Não só porque o Brasil
tem um mercado potencial, que pode consumir muitos produtos produzidos
pela GM, mas porque o Brasil tem um mão-de-obra no setor automobilístico
altamente qualificada. Eu diria, sem medo de errar, ao presidente da GM, que
poucos países do mundo são capazes de produzir produtos de qualidade como
produzem os trabalhadores brasileiros. Eu falo isso sem medo de errar, porque
em se tratando de produzir carro, em se tratando de metalúrgico da indústria
automobilística, eu duvido que os Estados Unidos, que a Alemanha, que a
França, que a Itália tenham profissionais mais qualificados do que o Brasil.

Então, essa é uma garantia extraordinária para uma indústria do porte
da GM, que quer exportar não apenas carro, quer exportar qualidade, quer
exportar garantia. E sobre isso, eu penso que os senhores já tiveram
experiência, há muitos anos no ABC paulista. Estão tendo agora a experiência,



mais recente, em Gravataí. E esse investimento, eu não tenho dúvida nenhuma, acontece por conta da certeza que vocês têm de que nós temos mão-de-obra qualificada, de que temos um mercado consumidor potencial extraordinário e, sobretudo, porque vocês acreditam que o Brasil entrou na sua fase de crescimento sustentável.

É importante que a direção da GM compreenda que o Brasil é um país que se habituou a conviver com a inflação. Se a gente pegasse uma data referência, de 1964 para cá, nós iríamos perceber que a inflação passou a fazer parte do cotidiano da vida dos brasileiros. Entre 40 e 100, era a mesma coisa que nada. E, de vez em quando, alguém inventava um plano. E os brasileiros sabem a quantidade de planos que nós já tivemos neste país. Alguns duraram meses, outros duraram anos, mas nenhum se sustentou porque foram criados de afogadilho, como se fossem tábua de salvação para um ingrediente que faltava na política brasileira, que era a seriedade, não apenas para com um mandato de quatro anos, mas a seriedade com um modelo de desenvolvimento sustentável que deva perdurar por algumas gerações.

Vocês irão perceber que nós somos a primeira experiência no Brasil, que estamos levando este país a uma estabilidade sem inventar nenhum plano econômico. Não existe um plano Lula, um plano Palocci, um plano Rigotto ou um plano Tarso Genro. O que há, na verdade, é o compromisso da seriedade com a coisa pública. Isso aqui não é nosso, nós é que somos brasileiros. E nós temos que fazer as coisas para passar credibilidade, não apenas para os trabalhadores e para o povo que nos elegeu, mas para passar credibilidade para aquelas pessoas que nós queremos que sejam parceiros nossos.

Da mesma forma que eu viajo o mundo desafiando os nossos empresários a não terem medo de virarem empresas multinacionais, eu viajo o mundo convidando empresas multinacionais a virem experimentar o Brasil, porque muitas vezes se vende lá fora uma idéia de um Brasil carnavalesco,



que é, e é bom – na hora em que o senhor for ao carnaval, vai gostar -, de um Brasil futebolístico – que é, por isso somos penta campeões mundiais – mas do Brasil sério, com homens públicos comprometidos com os interesses nacionais.

Foi por isso que, em apenas um ano, nós votamos duas reformas, graças à compreensão de governadores de Estado, graças à compreensão dos deputados e dos senadores. Nós aprovamos duas reformas que, historicamente pensava-se que não era possível fazer no Brasil. E fizemos porque nós não queríamos a reforma do Presidente, a reforma do partido do Presidente, e o primeiro gesto foi uma reunião dos 27 governadores, estabelecendo um parâmetro base para que pudéssemos a partir daí, discutir a reforma no Congresso Nacional.

Agora, temos o PPA e temos o PPP, que é uma parceria Público-Privado, que vai ser votada esses dias pelo Congresso Nacional, que muitos governantes, durante muito tempo, faziam questão de utilizar como cobaia para justificar o fracasso das suas políticas econômicas ao ver que o Congresso não funcionava.

Hoje, eu quero dizer na frente do presidente da Mercedes Benz, ou melhor, da GM – e vou dizer porque estou falando Mercedes Benz, aqui, porque já falei duas vezes – e fui a um encontro, em Genebra, com 220 empresários de 24 países, e um discurso que o presidente da Mercedes Benz fez, em defesa dos investimentos no Brasil e da qualidade do trabalhador brasileiro, nem o Luiz Marinho faria melhor na porta da fábrica. Ele fez um elogio, até porque ele disse que, no Brasil, a empresa dele é a referência mundial de todo o grupo pela qualidade dos produtos. Eu não tenho dúvida nenhuma de que é para a GM também. Houve uma empresa que se queixou porque ele elogiou o sindicato e falou numa empresa também da Alemanha. Ele falou para a empresa: “você não gosta do sindicato, porque você não cumpre os acordos que você faz com o sindicato, e eu cumpro”.

Hoje, estamos mostrando que o Congresso Nacional, quando se trata de



assunto sério, trabalha com seriedade. Muita gente criticou o Congresso porque eu fiz uma convocação extraordinária para votar coisas importantes. Pois bem, termina no dia 19 a convocação extraordinária, e o Congresso vai votar tudo aquilo que foi previsto, numa demonstração de que, na medida em que há seriedade e respeito com o Congresso, ele age, pois o Congresso é a demonstração mais viva da cara política do nosso país. Ou seja, a gente tem de tudo, como há de tudo em qualquer lugar do país, e nós estamos provando que, quando as pessoas estabelecem uma relação de seriedade, as pessoas passam por cima de partido, as pessoas passam por cima de interesses menores.

E quando nós estamos aqui, diante de uma empresa do porte da GM, do significado econômico da GM no mundo, a gente quer dizer ao seu presidente: primeiro agradecer pela confiança no Brasil, segundo, dizer que nós faremos todo o esforço que estiver ao nosso alcance para, com a maior seriedade do mundo, fazer com que o crescimento econômico que nós queremos – e que já começou desde o final do ano passado no Brasil – não seja uma bolha de crescimento, mas seja sustentável, com políticas consistentes do Governo e, sobretudo, com muito diálogo, com muita conversa, com muitos acordos, porque eu acho que nas relações humanas e nas relações econômicas, não há nada mais importante do que a relação de confiança que uma pessoa estabelece com a outra, que uma indústria estabelece com o Governo e com o país, e a confiança que o país também passa para as suas indústrias.

Estejam certos de uma coisa, eu tenho dito desde o dia da posse: eu tenho quatro anos de mandato, eu sei o que pesa no meu ombro se não fizer as coisas nas quais acredito. E eu não quero fazer nenhuma aventura descabida. Há milhões de brasileiros passando necessidades e que nós temos a responsabilidade de cuidar deles como se estivéssemos cuidando dos nossos filhos. E isso só será possível se a gente fizer a economia crescer, se a gente gerar empregos e distribuir renda, porque com políticas paliativas a



gente não resolve o problema da economia de um país.

Portanto, meus parabéns a toda a Diretoria da GM. Meus parabéns ao presidente da GM, e quero dizer a vocês que, em nenhum momento, se arrependerão de terem acreditado no Brasil.

Muito obrigado.

/rss/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do jato comercial Embraer 190**

São José dos Campos - SP, 09 de fevereiro de 2004

Excelentíssimo senhor Geraldo Alckmin, governador do estado de São Paulo,

Excelentíssimo senhor João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Diretores da Embraer,

Meu caro Maurício Botelho, presidente da Embraer,

Meu caro Viegas, ministro da Defesa,

Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Antonio Palocci, ministro da Fazenda,

Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu caro Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Meu caro Eduardo Campos, ministro da Ciência e Tecnologia,

Meu caro Jorge Armando Félix, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional,

Senadores Aloísio Mercadante, líder do Governo no Senado; Eduardo Suplicy, Romeu Tuma,

Meus caros deputados federais e estaduais,

Deputadas,

Meus caros companheiros representantes dos trabalhadores Mário Hipólito e Paulo César Lucas, representantes dos trabalhadores no Conselho da Embraer,

Meu caro Tenente-Brigadeiro do Ar, Luís Carlos Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica,

Meu caro Carlos Wilson, presidente da Infraero,



Meu caro Emanuel Fernandes, prefeito de São José dos Campos,

Minhas senhoras,

Meus senhores,

Prefeitos, vereadores, jornalistas e empresários participantes deste ato de inauguração do 190 da Embraer.

Eu queria primeiro dizer ao presidente da Embraer que nestes 13 meses de Governo, pelo mundo afora, só não andei de macacão da Embraer, porque o protocolo não permitia. Mas sou testemunha de que o ministro Celso Amorim, o ministro Furlan e outros ministros que me acompanharam nessa viagem trabalham como se fossem garotos-propaganda da Embraer. E trabalham porque acreditam na capacidade tecnológica da Embraer, porque acreditam que temos condições de produzir aviões de melhor qualidade do que os nossos concorrentes. E trabalham porque têm a certeza de que os engenheiros e sobretudo os trabalhadores e as trabalhadoras da Embraer estão qualificados em qualquer parte do mundo.

Se tem uma coisa da qual nós governantes temos que nos orgulhar, é da capacidade dos trabalhadores brasileiros. Eu mesmo trabalhei numa empresa que produzia peças, que competia em qualidade com outros países. E toda vez que chegavam as peças produzidas em outros países, nós trabalhadores tínhamos orgulho de verificar que as nossas tinham melhor qualidade, melhor acabamento, e quem sabe até precisão. Eu não tenho dúvida nenhuma que os trabalhadores e trabalhadoras são privilegiados, do ponto de vista do trabalho, porque eu fico imaginando quantos milhões de brasileiros gostariam de ter a chance de trabalhar nesta empresa e quando visse um avião da Embraer sobrevoando os ares do Brasil ou de outro país qualquer do mundo ele se sentiria muito mais orgulhoso por saber que ali tinha a sua mão e parte da sua inteligência.



Por isso, meus parabéns aos trabalhadores e aos engenheiros da Embraer, meus parabéns à Direção da Embraer pelo nível que nós chegamos na disputa internacional. Eu não tenho dúvida que basta algum tempo para que nós sejamos efetivamente, quem sabe, uma das maiores empresas produtora de avião do mundo. Por isso é motivo de orgulho para a indústria brasileira e para todo o país, o lançamento desse novo avião da Embraer, que revigora nossa capacidade de competir – de igual para igual – nos mais avançados mercados do mundo.

O fato de possuímos indústrias do porte e da sofisticação da Embraer – que já ocupa a destacada posição de quarto maior fabricante mundial de aviões comerciais – significa que estamos nos afirmando cada vez mais internacionalmente como um país moderno, possuidor de *know-how* científico e tecnológico.

O Brasil, além de já ser vitorioso como produtor agrícola e exportador de matérias-primas, está conquistando novos mercados e aumentando cada vez mais as exportações de produtos com valor agregado.

Parabéns, portanto, à Embraer, pelos investimentos realizados, pelos empregos gerados e pelos resultados obtidos – e por ser uma das empresas que mais contribuíram para o formidável saldo de 25 bilhões de dólares em nossa balança comercial no ano passado.

Talvez muita gente no nosso país não saiba que a Embraer está há mais de 30 anos no mercado, já produziu cerca de 5 mil e 500 aviões, e tem sido líder de exportações nos últimos anos. Foi a maior exportadora brasileira entre 1999 e 2001, a segunda maior em 2002, e a terceira em 2003.

E possui subsidiárias nos Estados Unidos, França, Austrália, China e Cingapura. Nada menos de 125 companhias aéreas de 30 países utilizam aeronaves produzidas por essa empresa brasileira. Recentemente, é bom lembrar, vendeu 6 jatos “ERJ 145”, de 50 lugares, à China, que aumentou para 11 a sua frota desses aviões.



Além disso, considero importante destacar que a atuação direta da Embraer dinamiza toda uma cadeia produtiva.

Somente a produção em série da família “EMBRAER 170/190” conta com 22 parceiros industriais, dentre os quais empresas de renome internacional, e cerca de 120 pequenas e médias indústrias fornecedoras de peças.

Hoje a empresa possui 12 mil 941 funcionários, quase todos – 12 mil e 86 – trabalhando no Brasil. Com o lançamento do “Embraer 190”, deverão ser gerados, a médio prazo, cerca de mil novos empregos.

Minhas amigas e meus amigos,

Gostaria também de agradecer à EMBRAER por sua decisão de aderir ao Fome Zero. Ela vai contribuir com a doação, anunciada aqui pelo Maurício Botelho, e eu só espero que os passageiros que entrem na Embraer sejam todos bem gordos para que possamos receber muito mais alimentos. A empresa vai utilizar uma fórmula que considero muito original, ou seja, dá a contribuição ao programa em função da quantidade passageiros que conseguirem voar nos seus vôos. E todos nós pretendemos que ela venda neste ano, em que planeja exportar cerca de 160 aeronaves. Deveremos receber algo em torno de 800 toneladas de alimentos, o que é muito significativo, tanto em termos de exportação de aviões, como em termos de doação de gêneros de primeira necessidade.

Tenho salientado que somente com a participação cada vez mais ampla da sociedade seremos capazes de enfrentar e acabar com a fome no nosso país.

E a sociedade está respondendo a esse apelo ético e político de uma forma como nunca se deu antes na História do Brasil.

Um forte e amplo movimento nacional de solidariedade está possibilitando o atendimento emergencial de milhões de pessoas que sofrem com a falta de alimentos e não podem ficar esperando – subnutridas – os



resultados das mudanças que estamos realizando na estrutura econômica e social do nosso país.

O governo vai ampliar cada vez mais o número de beneficiados pela transferência de renda do Bolsa-Família e continuar executando programas e ações para combater as causas profundas da fome e da extrema pobreza no nosso país.

Neste ano, a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos vão impulsionar – e muito – esse trabalho.

Para isso, os investimentos e a contribuição de empresas como a Embraer são essenciais. Tenho certeza de que as suas exportações este ano serão ainda maiores e que os seus aviões continuarão a pousar e a decolar por este mundo afora, contribuindo de forma significativa para que o Brasil vença os seus grandes desafios.

Muito obrigado.

/rss/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da Expo Fome Zero 2004**

**Pavilhão Branco do Expo Center Norte – São Paulo-SP, 10 de fevereiro de
2004**

Quero cumprimentar coletivamente os meus companheiros ministros,

Quero cumprimentar o Hélio Bicudo,

Quero cumprimentar a figura do nosso companheiro Oded Grajew, do
Frei Betto, do companheiro Toninho Trevisan e do Abdala Jamil, da Francal,

Quero cumprimentar minha companheira Marisa,

Quero cumprimentar os modelos e as modelos e os não-modelos e as
não-modelos que desfilaram aqui, simbolizando a sua solidariedade e a
participação na campanha do projeto de combate à fome,

Quero cumprimentar os artistas,

Quero cumprimentar meu companheiro Marinho, presidente da CUT e
presidente do Consea,

Quero cumprimentar o Robson, presidente da Federação dos
Empresários de Minas Gerais, e o Piva, da Federação dos Empresários de São
Paulo,

Meu caro Romeu Tuman,

João Hermann,

Toninho,

Os jornalistas,

Vocês vejam que estou bonzinho hoje com a imprensa.

Meus companheiros,

Esta Feira é de uma grandeza que talvez, Abdala, você e outros
companheiros empresários que estiveram envolvidos na sua montagem não



tenham a dimensão do que vocês estão fazendo aqui, em São Paulo. Uma Feira que mostra, de um lado, a solidariedade do povo brasileiro, de outro, a criatividade, e mostra, ainda, as políticas, sejam elas privadas ou públicas, demonstrando que, se continuarmos nesse caminho, não há por que, meu querido companheiro Patrus, alguém passar fome.

Aliás, se tem um país no mundo em que não há nenhuma razão para as pessoas passarem fome é o Brasil. Primeiro, porque produzimos alimento *per capita* suficiente para todo mundo comer, graças aos nossos agricultores, graças à agricultura empresarial, graças à agricultura familiar, graças aos homens e mulheres que produzem de sobra, não apenas para nos alimentar, mas para fazer com que o Brasil tenha recordes na sua balança comercial, exportando grande parte dos excedentes que produzimos.

Mas ainda: a nossa renda *per capita* não permite que ninguém tenha fome. Não temos uma renda *per capita* de 200 dólares, de 300 dólares. Temos uma renda *per capita* acima de 3 mil dólares. Portanto, está claro que a única razão pela qual ainda há gente no Brasil passando fome é o desacerto histórico da política de distribuição de renda do nosso país.

Tenho umas páginas para ler, aqui, e estou doidinho para fazer um improviso. Lendo, serei mais racional, não lendo, serei mais emocional. E vou ler, para não colocar todas as minhas emoções para fora pelo que vi aqui, hoje, Abdala.

Antes de ler, queria dar uma explicação para vocês. Se a gente analisar o que aconteceu de janeiro do ano passado para cá, muitas vezes, nós somos exigentes demais conosco mesmos, e ficamos nos cobrando. Muitas vezes não estamos satisfeitos com as coisas que fazemos sem medirmos o tempo que levamos para fazê-las.

A primeira vez que nós falamos no Fome Zero foi no discurso de posse, quando assumimos essa postura. Depois, fomos para Davos, no dia 25 de janeiro do ano passado, e pela primeira vez, os empresários que freqüentam



Davos, ouviram a palavra fome. E muito me orgulho, porque foi a primeira vez, em toda a existência de Davos, que a palavra fome foi soada em português.

Depois de Davos, nós fomos para Evian, no encontro do G-8, com a convocação de mais 12 países, dentre os quais estavam os grandes países do mundo: China, Índia, Brasil, México, Nigéria. Nós fizemos uma reunião dos 20 países e enquanto as pessoas queriam discutir guerra, eu falava: vamos discutir a questão da fome, vamos discutir a questão da pobreza, é muito mais fácil. É muito mais fácil acabar com a fome no mundo do que acabar com uma nação ou fazer uma guerra. Nós corremos muito menos risco se nós tratarmos de dar comida para esse povo.

De vez enquanto as pessoas ficam ociosas e ficam imaginando: “puxa, mas já falou ontem e não aconteceu nada hoje, já se passou um ano e não se resolveu o problema da fome no mundo”. Se fosse fácil, outros já teriam resolvido. Se fosse fácil resolver o problema da fome, não teríamos fome. É difícil, porque pressupõe mexer com as entranhas do nosso coração, mas pressupõe mexer com a estrutura de distribuição de renda no mundo. Qual não foi a minha surpresa quando nós conseguimos transformar um encontro de presidentes das Américas, que aconteceu no mês passado em Monterrey, na discussão sobre experiências de políticas sociais em cada país. E lá estava desde uma ilha pequena, chamada São Vicente, até o presidente Bush, todo mundo sendo obrigado a falar de políticas sociais.

Depois eu fui a Genebra, para um encontro com o presidente Chirac, e aprofundamos um pouco mais essa questão da fome. Poderíamos criar um fundo mundial de combate à fome, que não pesasse para ninguém individualmente, mas onde uma migalha de cada um poderia fazer um pão enorme para todo mundo comer. Eu sugeri há um tempo atrás, que se criasse um fundo sobre o comércio de armas no mundo. O comércio de arma significa, hoje, meu caro Marinho, 900 bilhões de dólares por ano. Imagina uma



parcelinha desses 900 bilhões, o que não se poderia fazer pela paz no mundo. O comércio exterior, hoje, movimenta uma bagatela de 8 trilhões de dólares por ano. Imagine uma pequena vírgula desse 8 trilhões, quantos bilhões a gente não conseguiria juntar.

Agora, imaginem vocês, se nós cobrássemos o imposto sobre os paraísos fiscais, o que a gente não poderia ter de dinheiro para acabar com a fome no mundo? Ou se a gente cobrasse uma pequena parcela de todo o dinheiro que se movimenta no mundo diariamente. Com uma vírgula que nós cobrássemos, a gente poderia ter dinheiro, não para dar comida, porque o Brasil não precisa participar deste programa recebendo ajuda, porque nós vamos assumir a responsabilidade de acabar com a fome com as nossas possibilidades, com os nossos recursos, pois nós temos o que muitos países do mundo não têm. Deus pôs os pés aqui e falou: “olha, aqui vai ter tudo. Agora, é só homens e mulheres terem juízo que as coisas vão dar certo”. E nós vamos fazer este país dar certo sem precisar pegar dinheiro de fora para combater a fome.

Criamos uma equipe técnica entre França, Brasil e Chile. Nós, agora, vamos começar a mandar uma carta para cada presidente da República, expondo mais detalhadamente a idéia. Achamos que o problema não é do presidente do Brasil. Achamos que o problema pode ser assumido pelo movimento sindical brasileiro, pelas ONGs brasileiras, pelas entidades empresariais brasileiras. Todo mundo tem que se manifestar, porque está chegando o momento em que devemos definir, sobretudo para o empresariado brasileiro e mundial, que tipo de consumidor nós queremos ter no planeta Terra, se são consumidores de terceira categoria ou consumidores dos produtos de boa qualidade que nós produzimos.

E, aí, poderemos criar um movimento de solidariedade no mundo como poucas vezes aconteceu. E acho que há clima e maturidade para isso. E



vamos cumprir com a nossa tarefa. Nós vamos cumprir porque, se em um ano nós fizemos o que já fizemos e se, em poucos meses, vocês, empresários brasileiros, conseguiram fazer uma exposição como esta, significa que podemos fazer muito mais.

Na verdade, não quero ser o indutor, quero ser o provocador. Nós podemos muito mais e, se cada um fizer aquilo que é possível, poderemos fazer uma revolução neste país.

Vou contar um pequeno caso. Está aqui o nosso companheiro Gabriel, presidente da Febraban. Um dia, Oded me falou: “Olhe, vou conversar com a Febraban, vou conversar com alguns amigos banqueiros e vou ver se eles ajudam a financiar cisternas.” Obviamente alguém que mora aqui, em São Paulo, pode não ter a dimensão do significado de uma cisterna no semi-árido nordestino. Mas o Oded foi e, de repente, me procurou para falar: “Presidente, a Febraban vai assumir a construção de 10 mil cisternas no Brasil.” Fizemos um ato, lá no Palácio.

E a minha maior alegria não foi o ato do Palácio. Foi quando tive um encontro com o Gabriel, com o Miguel Jorge e outros representantes de bancos no Brasil, lá nos “cafundós” do sertão brasileiro, inaugurando uma cisterna. Eu até brinquei com o Gabriel. Eu falei: quem diria, o presidente da Febraban, aqui, no semi-árido nordestino, fazendo uma cisterna.

Não custa nada para a Febraban 10 mil cisternas. Agora, para um sertanejo que passou um ano esperando um pinga d’água, saber que não vai faltar água para beber é quase um milagre que ele jamais vai esquecer.

E fico imaginando, aqui, quanta gente poderia fazer cisternas. O Governo não tem nem que saber o que as pessoas estão fazendo. Depois de feito, nós gostaríamos de tomar conhecimento para fazer propaganda e quantificar. Mas a capacidade que temos de produzir políticas como essas que vocês estão produzindo aqui é infinita. E o Governo não quer se meter. O que



queremos é, se formos chamados, aplaudir e apoiar vocês naquilo que nós precisamos fazer.

Vejam, nós estamos com um projeto de lei na Câmara dos Deputados que é o Bom Samaritano. É um projeto de lei para garantir estrutura às pessoas que têm restaurante e querem dar comida. Ontem, eu fui a uma empresa e ela me disse: “Presidente, aqui, sobram, todo dia, 19 quilos de comida. E eu precisava dar para alguém, mas não posso dar. Não posso dar, porque, se acontecer alguma coisa, vão me responsabilizar. Então, é preciso criar alguma coisa para que eu possa doar esse alimento, por meio de alguma entidade, instituição, prefeitura, sei lá.” Precisa haver em cada região instituições que possam recolher alimentos de boa qualidade e fazer com que cheguem às pessoas que não têm o que comer.

Portanto, eu diria, Patrus, que acabar com a fome no Brasil é apenas uma questão de tempo. Nós vamos fazer. Porque vocês vão perceber aqui, no meu discurso, o milagre que aconteceu neste país em pouquíssimo tempo.

Eu queria pedir permissão a vocês para ler algumas palavras e explicar as razões pelas quais eu vim aqui. E estou realizado como ser humano, como presidente da República, porque aprendi na minha vida política que a gente nunca pode dizer que sabe tudo. A gente nunca pode dizer que não precisa de ajuda. E a gente não perde nada em estar sempre de braços abertos, esperando alguém. E sempre tem alguém que sabe mais do que a gente ou sabe alguma coisa que a gente não sabe. E a gente deve estar de braços abertos, com humildade, para acolher os ensinamentos que ainda não temos.

O que vocês fizeram, hoje, aqui, foi isso. Foi dizer ao Presidente, dizer aos ministros, dizer ao Governo: “Não sejam tontos, não se matem sozinhos, não façam discursos que vocês não podem cumprir. Não queremos nada de vocês, ninguém está pedindo isenção de imposto, nada. Nós apenas queremos dar aquilo que achamos que é justo dar.” E vocês, pelo desfile que



vimos aqui, fizeram, em um ano, o que muita gente possivelmente não conseguiria fazer, enquanto Governo, em cinco ou seis anos.

Por isso quero, antes de ler o meu discurso, agradecer, do fundo do coração, o trabalho que vocês fizeram e apresentaram aqui.

Fiz questão de vir inaugurar a Expo Fome Zero – e já pedi para o ministro Patrus voltar aqui, na quinta-feira, quem sabe, para ver a Feira no seu último dia – para compartilhar com todo o Brasil essa verdadeira cruzada renovadora.

Até queria pedir aos meus companheiros da imprensa: acho que o Brasil, muitas vezes, não privilegia as coisas boas que tem e a gente dá muita divulgação a coisas erradas. Acho que é preciso fazer um equilíbrio, porque, aqui, a imprensa terá a oportunidade de passar pelo menos dois dias vendo o quanto é possível a gente acreditar que o Brasil está de pé e que o Brasil pode resolver os seus problemas. Nem tudo é tão ruim, como alguns dizem. A sociedade está ávida para participar e está fazendo as coisas.

Alguns enxergam aqui apenas uma vitrine de filantropia. Eu vejo um grande passo para uma transformação indispensável de mentalidade.

Vejo o Brasil realizando um projeto de desenvolvimento humanista no qual todos ganham e o país sai fortalecido.

A solidariedade é essencial na implantação de um processo de desenvolvimento. Sem ela, como pactuar um novo ciclo histórico de crescimento sustentável em nosso país?

Sabemos que a fome no Brasil não decorre de uma escassez de alimentos, mas de um conflito secular de direitos. Montou-se aqui uma bem azeitada máquina de produzir desequilíbrios.

Nela o acelerador da riqueza aciona sempre o freio da distribuição. E um futuro melhor para todos se perde na perpetuação das desigualdades.



Para corrigir esse desencontro entre os meios e os fins, a sociedade precisa recolocar a economia a serviço de todos. Esse é o principal desafio do crescimento brasileiro: produzir riqueza e justiça ao mesmo tempo.

O desenvolvimento é uma transformação. É uma prerrogativa do consenso político e da revolução de mentalidades alcançada em cada época.

Justamente por isso não é uma fatalidade na vida das nações, mas uma conquista. Uma decorrência da vontade nacional de superar os entraves na construção do presente e do futuro.

Os abolicionistas compreenderam isso no século XIX.

O Brasil não tinha mais como avançar se ficasse dividido entre a casa grande e a senzala.

Getúlio Vargas vislumbrou isso nos anos 30. O Brasil nunca seria uma Nação de verdade se continuasse emparedado entre a oligarquia e o cafezal.

Celso Furtado e Juscelino descobriram isso nos anos 60.

O Brasil não cabia numa industrialização cercada de desequilíbrios regionais e sociais por todos os lados.

Foi assim que a liberdade venceu a escravidão.

Foi assim que a Petrobrás se tornou a oitava companhia petrolífera do mundo.

Foi assim que a Sudene integrou o Nordeste ao Brasil.

Foi assim que Brasília, um dia, saltou das pranchetas de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer para redesenhar o planalto central e unir o Norte ao Sul do país.

Meus amigos e minhas amigas,

Na noite de 27 de outubro de 2002, quando me vi eleito presidente da República, entendi perfeitamente que o povo brasileiro terminava de repactuar uma nova vontade de futuro. E ela era incompatível com a persistência da fome e da exclusão entre nós.



Isso explica a enorme receptividade despertada pelo Fome Zero desde que anunciamos seu lançamento, em janeiro de 2003.

O Brasil descobriu-se portador de um mal que tem cura. Não existe nenhuma justificativa econômica para que dezenas de milhões de pessoas no nosso país ainda padeçam de insegurança alimentar.

Nada justifica que a população desfrute um padrão de vida inferior ao de sociedades com renda equivalente à nossa.

Só o vácuo de cidadania, a ausência de direitos e a omissão republicana do Estado explicam que o Brasil seja uma das dez maiores economias do mundo; e ao mesmo tempo ostente uma das piores distribuições de renda do planeta.

Num país onde grande parte do povo não sabe se vai comer amanhã, o Estado não dispunha nem de ministério, nem de infra-estrutura, nem de técnicos, nem de cadastro confiável para chegar até os excluídos.

O Fome Zero nasceu dessa premência de estender às comunidades pobres condições mínimas de sobrevivência para que possam lutar pela própria emancipação.

Esse sentido de urgência mobilizou um pequeno grupo de técnicos sob a liderança do companheiro José Graziano – sem dúvida um dos nossos maiores especialistas – que saiu à frente para fincar as primeiras estacas dos comitês gestores do Fome Zero no semi-árido nordestino.

Ao lado dele, estava Oded Grajew com sua grande capacidade para atrair o empresariado brasileiro às boas causas. Na outra ponta, o incansável Frei Betto animando esse mutirão a favor da vida no Brasil.

Graças ao trabalho e à experiência acumulada por eles uma mudança de mentalidade começou a se formar dentro e fora do Governo.

Ela impulsionou a unificação dos programas sociais para concentrar forças agora na implantação do Bolsa Família nas grandes periferias metropolitanas.



Foi para essa missão que convoquei o companheiro Patrus Ananias, que traz para a esfera federal sua enorme capacidade dirigente e um elenco de projetos contra a fome, testados, aprovados e premiados internacionalmente em sua gestão na prefeitura de Belo Horizonte.

A Expo Fome Zero demonstra que a sociedade brasileira tem recursos, energia e criatividade para continuar contribuindo nesta segunda etapa de implantação do programa.

Aqui estão dezenas de empresas que ao longo dos últimos doze meses uniram-se ao Poder Público de forma generosa.

É importante ressaltar: durante todo esse tempo, nunca ouvi de nenhum empresário um pedido de isenção de impostos ou qualquer outro tipo de favorecimento em troca da parceria na luta contra a fome e contra a miséria no nosso país.

Esse talvez seja o dado verdadeiramente revelador da mudança de mentalidade que buscamos. Há no empresariado uma consciência crescente de que a riqueza de uma corporação cercada de miséria coletiva não traz nem progresso sustentável nem segurança para o nosso país.

Significa dizer que nenhum fundamento econômico será suficientemente sólido se não houver uma contrapartida da responsabilidade social na retomada do desenvolvimento.

A mesma consciência avança entre as empresas e as autarquias públicas. Aqui também a parceria com o Fome Zero redefiniu projetos existentes e criou outros, transformando ações isoladas em compromissos permanentes de parceria com o desenvolvimento social.

O Fome Zero não estaria hoje implantado em 2.369 municípios, beneficiando 1.901.288 famílias, se não contasse com o apoio entusiasmado das empresas que estão aqui – e de tantas outras por esse Brasil afora.



Nós vamos continuar a nossa tarefa de convidá-las a participar cada vez mais do Fome Zero – e contamos com todas as que já são nossas parceiras para que se empenhem também nesse trabalho.

Minhas amigas e meus amigos,

A solidariedade expressa nesta exposição não é a culminância do trajeto, mas uma convergência de vontades em busca de um destino melhor para o Brasil.

Todos que aqui estão têm consciência de que esse destino só pode ser o da inclusão social de todo o povo brasileiro.

Trata-se, portanto, de entender a estabilidade conquistada como um alicerce macroeconômico para erguer uma grande ponte entre quem já tem cidadania e quem ainda não a conquistou no nosso país.

Um compromisso que devolva à palavra futuro seu significado generoso e prático. Misto de pátria e de abrigo, de reciprocidade e equivalência de direitos – um sinônimo, enfim, de solidariedade e oportunidade para todos.

Meus amigos e minhas amigas,

Volto para Brasília agora com a certeza mais do que absoluta de que o passo que vocês deram hoje nesta exposição demonstra uma tese que venho defendendo há alguns anos: não tem ser humano 100% mau, como não tem ser humano 100% bom.

O que vocês conseguiram fazer foi pegar a média daquilo que cada pessoa pode dar, foi pegar o lado bom do coração de cada homem, de cada mulher, de cada empresário ou empresária brasileira e dizer a eles, com a meiguice, Abdala, da sua fala e a do Oded: “Olhem, não queremos que você faça nada pelo Governo. Queremos que você faça pelo seu irmão, pela sua irmã que não teve a oportunidade de ser o que você é.”

Saio daqui, meu querido Afif, meu querido Pinguelli, meu companheiro Marinho, deputados, convencido de que a trajetória e o compromisso que assumimos é irreversível. E, um belo dia, quem sabe, Abdala, não muito longe,



nós estaremos aqui, fazendo outra feira, para provar que neste país nenhuma mulher, nenhum homem, nenhuma criança deixou de tomar café, almoçar e jantar todo santo dia.

Se vocês assumirem esse compromisso, podem ficar certos de que, muito antes do que alguns teóricos esperam, nós iremos comemorar esse dia.

Muito obrigado. E que Deus abençoe todos vocês. Muito obrigado.

/lrj/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da Credindústria – Cooperativa de Crédito da
Indústria Brasileira**

Sede da FIBRA – Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2004

Eu, na verdade, não vou fazer um pronunciamento aqui, não vou fazer o meu discurso. Vou dizer algumas palavras e vou chamar um companheiro para falar no meu lugar. E explico o porquê.

Primeiro, quero cumprimentar o governador Joaquim Roriz,
Quero cumprimentar o Antônio Rocha da Silva, presidente da FIBRA,
Quero cumprimentar meus ministros que estão aqui presentes,
Minha companheira,
Quero cumprimentar o Armando Monteiro Neto, presidente da CNTI,
Companheiro Meneguelli, do SESI,
Todos os presidentes de Federações de Indústrias aqui presentes,
Senadores Valmir Amaral e Paulo Otávio,
O deputado Osório Adriano Filho,
Deputado Alberto Fraga,
Deputado Wasny,
Deputado Sigmaringa,
Deputados distritais Chico Vigilante e Eliana Pedrosa,
Meus companheiros e minhas companheiras,

Eu quero dizer umas palavras e prestar uma homenagem a um companheiro. Durante toda a minha vida, nunca fui do tipo de ficar chorando as coisas que eu queria que acontecessem. E, ao invés de ficar lamentando, eu tentava fazer as coisas acontecerem. Às vezes você pode e às vezes você não pode.



A verdade dura e verdadeira é que nós temos, no Brasil, juros altos. Mas a verdade dura e verdadeira é que, hoje, nós temos as taxas de juros Celic mais baixas dos últimos 10 anos. A verdade dura e verdadeira é que você nunca baixará a taxa de juros se o Governo não tiver força política para colocar seus títulos e impor um preço que possa atender às suas necessidades e atender até as necessidades do setor financeiro.

Quando o Governo está fragilizado, não faz isso. É por isso que nós tivemos, há pouco tempo, a nossa dívida interna dolarizada, o que fez com que o país estivesse com uma vulnerabilidade como jamais esteve em toda a sua História.

O que nós fizemos, no ano passado, não foi inventar nenhum plano. Não houve nem um “plano Lula”, nem um “plano Palocci”, nem um “plano Roberto Rodrigues”, nem um “plano Agnelo”. Ou seja, não inventei um plano. Resolvi fazer o que um Governo tem que fazer, que é conquistar a credibilidade entre os seus interlocutores, para que possa estabelecer novas regras de funcionamento da economia.

Quem acompanha sabe que o que aconteceu neste país, no ano passado, foi um milagre. E vai continuar acontecendo. Porque nós vamos reduzir as taxas de juros aos níveis compatíveis com as nossas necessidades. Mas, ao mesmo tempo, é preciso que a gente tome muito cuidado para que nenhum empresário queira ganhar, num único mês, todo o seu capital investido, remarcando o preço na medida em que se apresenta uma simples melhora no comércio do nosso país.

Responsabilidade vale para todo mundo: vale para o Governo, vale para o empresário da indústria, vale para o empresário do comércio, vale para o pequeno, para o médio e para o grande. Na hora em que todos nós formos responsáveis podem ficar certos que a economia brasileira irá deslanchar como nunca deslançou na História deste país. Podem ter certeza disso.

O que não pode é ficar com um pé no acelerador, olhando sempre se a



inflação vai subir para utilizar juros como controlador da inflação. Ou reduzir a zero alíquotas de produtos importados, o que seria um prejuízo enorme à nossa economia, porque geraria desemprego.

Então, a palavra-chave não é nem macroeconomia, nem Banco Central, nem Presidente da República, nem Ministro da Fazenda. A palavra-chave chama-se seriedade, lealdade e compromisso com este país, que está na hora de todo mundo assumir.

Quando nós resolvemos fortalecer a questão das cooperativas, foi resultado de uma reunião minha na Febraban, lá em São Paulo. Algumas perguntas que me fizeram, e algumas perguntas que eu fiz, eu não encontrei respostas. Ninguém nunca conseguiu me explicar porque em um cartão de crédito se paga 12% de juros ao mês; ou porque um cheque especial, de um cliente que é especial, custa 10% ou 11% ao mês. Ninguém nunca conseguiu me explicar por que um financiamento para capital de giro custa 60%, 70%. Nunca conseguiram me explicar.

Depois, alguém me deu uma explicação, que eu entendi razoável: era a questão da confiabilidade da pessoa que tomava o dinheiro emprestado, ou seja, se a pessoa pode ou não pagar. Se a pessoa tinha renda fixa, então, era um bom credor, podia tomar dinheiro emprestado. Mas, ao tomar, seria castigado e tinha que pagar por aqueles que, certamente, virariam inadimplentes.

Então, é fantástico, porque é um país em que os honestos pagam pelos desonestos. Os que pagam se sacrificam pelos que não pagam.

Com base nisso, resolvemos discutir a possibilidade de fazer com que dinheiro circulasse no Brasil sem precisar ficar essa briga, em que todo mundo xinga o sistema financeiro, o sistema financeiro continua sistema financeiro, o país precisa do sistema financeiro e eles continuam ganhando dinheiro. Então, ao invés de ficar brigando com o sistema financeiro, quais são as alternativas que poderemos criar?



Vejam que a gente plantou uma árvore e estamos colhendo frutos agora. Nós lançamos as cooperativas em maio, quebramos algumas barreiras que existiam no Banco Central de não permitir a organização de determinado tipo de cooperativas. Aliás, já tinha até autorização do Congresso, mas tinha que ter uma regulamentação do Banco Central, que não permitia, partindo de pressupostos equivocados de que todo mundo é desonesto, até prova em contrário, quando o pressuposto deveria ser acreditar que todos são honestos até prova em contrário. Mas sempre se pensa pelo negativo.

Resolvemos criar as cooperativas, a pedido de muita gente que já tinha experiência. E resolvemos fazer uma coisa que ainda não se apresentou com a força que eu desejo para o mercado: foi garantir, num acordo com o movimento sindical, a folha de pagamento como garantia para que o trabalhador tivesse acesso ao consumo, neste país. E o movimento sindical, livremente, fez acordos com os bancos. Tem sindicato que fez acordo a juros de 1,75% ao mês.

É muito alto 1,75% ao mês. É muito alto se a gente olhar para a Europa, para os Estados Unidos. Mas, se a gente olhar para o que era, no Brasil, há seis meses atrás, o cartão de crédito ou o cheque especial, vamos perceber que houve um avanço excepcional.

Temos sindicato que fez acordo a 2%. Temos sindicato que fez acordo a 2,5%. Ou seja, pela primeira vez, garantimos aos trabalhadores e aos banqueiros negociarem taxas de juros. Pasmem: 80% das pessoas que tomaram dinheiro no ano passado era para pagar dívida, para quitar a sua dívida e se transformar, quem sabe, num bom consumidor este ano.

E vamos continuar fazendo isso. Se Deus quiser, agora, no final de fevereiro, se estiver preparado todo o sistema da Dataprev, vamos abrir financiamento para desconto em folha para 19 milhões de aposentados. Se é verdade que somos um país capitalista, temos que colocar dinheiro à disposição da sociedade brasileira e temos que fazer com que as pessoas



tenham acesso, mesmo que seja a pequenos créditos.

E fizemos, em apenas um ano, a liberação de créditos para pequenos, médios e micros jamais feitos na História deste país. E vamos continuar fazendo. Ao invés de ficar brigando com os banqueiros, vamos criando alternativas até eles perceberem que não estão sozinhos no mundo financeiro, que têm outras alternativas e que o juro vai baratear de verdade no nosso país.

Eu queria dizer essas palavras porque ainda temos muitas coisas para fazer. E eu quero chamar uma pessoa que, dentre todos que estamos aqui, possivelmente seja a autoridade mais respeitada, não apenas no Brasil, mas no mundo das cooperativas, que é o nosso companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura. Ele irá falar sobre o significado da criação dessa cooperativa que vocês fizeram aqui.

Possivelmente nem os cooperados têm dimensão do que vocês estão fazendo. Mas vocês estão dando um exemplo que, se ganhar corpo do jeito que imagino que poderá ganhar, irá contribuir para uma pequena revolução na política de crédito do nosso querido Brasil.

Então, eu quero passar a palavra para o meu companheiro Roberto Rodrigues.

/mcpro/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
instalação e reunião do Conselho Superior de Cinema**

Palácio do Planalto, 11 de fevereiro de 2004

Eu não vou tomar o tempo de vocês fazendo discurso. Até porque eu acho que seria um pouco repetitivo o que já disse o companheiro Gilberto Gil e o companheiro José Dirceu e que outros, certamente, dirão, na I Reunião do Conselho.

Eu só quero lembrar vocês que, quando o Gilberto Gil foi indicado para ser ministro da Cultura, possivelmente tenha pairado dúvidas na cabeça de muitos se um músico poderia ser o ministro da Cultura porque, em muitas reuniões que participei, durante tantas campanhas que fiz, havia sempre um corporativismo exagerado quando se discutia cultura, dependendo de qual corporação tivesse maioria na reunião.

E o companheiro Gilberto Gil – eu posso dizer isso, hoje, muito à vontade, depois de 13 meses como Ministro – tem dado uma demonstração, acredito, que todas as pessoas esperam de uma pessoa que está à frente de uma atividade, sobretudo uma atividade importante, delicada, como a questão da cultura.

Vocês sabem que a cultura sempre foi uma espécie de “menina dos olhos” de todos que disputavam campanhas eleitorais; mas, na hora de se discutir verba, ela passa a ser um peso, porque as pessoas não vêm na cultura uma forma de se ganhar dinheiro. Muitas vezes, se vê na cultura apenas uma forma de gastar dinheiro. Como se investir em cultura fosse gasto, e não investimento.

E o Gil tem trabalhado com um carinho, na minha opinião, de forma excepcional. Nós temos consciência de que ainda não fizemos tudo o que queremos fazer, mas já demos passos importantes, que se tivessem sido



dados há 10 anos, nós hoje estaríamos muito mais avançados do que estamos hoje.

Mas a gente também não pode se queixar muito porque, no Brasil, as coisas sempre acontecem assim. Nós sempre somos os últimos a dar os passos que todo mundo sabe que tem que dar mas, não sei porque, não damos esses passos.

Mas nós tomamos algumas medidas. Eu disse ao companheiro Gilberto Gil: “Olha, Gil, você vai entrar no Ministério, vai montar a sua equipe e nós temos que fazer a coisa funcionar, até porque é preciso dar uma chance à cultura, neste país”. Se a gente vai conseguir concretizar os nossos sonhos, eu não sei, mas, a verdade é que nós podemos fazer mais do que já foi feito, no nosso Brasil, pela questão da cultura.

E quero confessar a vocês que, depois de um ano à frente do Ministério, o Gilberto Gil já deu demonstração de que é plenamente possível fazer infinitamente mais do que já foi feito, no nosso país.

Eu vou dar alguns exemplos para vocês: numa articulação política bem feita, entre o Governo Federal e o Congresso, nós conseguimos elevar o teto de renúncia fiscal em projetos culturais de 160 milhões para 401 milhões de reais. Possivelmente ainda não seja o número ideal que vocês sonham mas, de qualquer forma, é um número auspicioso, se a gente lembrar o que eram os números anteriores.

Na verdade, nós trabalhamos, e muitos de vocês têm muito a ver com isso, nós dobramos o espaço para filmes nacionais na sala de exibição, que agora passam a ter, no mínimo, 63 dias de programação com cinema brasileiro, por ano. Parece pouco, mas, se a gente for olhar o que a gente tinha, nós demos um passo extraordinário. E essa não foi uma conquista menor.

Nós apresentamos – e alguns de vocês estavam presentes – em outubro do ano passado, o Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual, vinculando a



Ancine ao Ministério da Cultura. Não pensem que essas coisas acontecem com facilidade, não, porque tem sempre visões diferentes. Havia companheiros que entendiam que a Ancine deveria ficar como estava, outros achavam que ela tinha que ser vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E nós entendemos que o lugar dela era exatamente junto à Cultura. Acho que foi uma coisa importante e vai dar frutos excepcionais.

Uma coisa que sei que vocês sabem, mas, possivelmente, a imprensa não saiba – e é importante que a imprensa ajude as pessoas a compreender o que está acontecendo no cinema nacional neste exato momento: acho que poucas vezes na História do Brasil o cinema e o audiovisual viveram um momento como este que estão vivendo agora, com grandes possibilidades de melhorar, eu diria, e muito.

Só para vocês terem uma idéia, entre as vinte maiores bilheterias de 2003, oito são de filmes produzidos aqui, que receberam mais de 22 milhões de espectadores. Esse é um fato realmente extraordinário, porque prova duas coisas: não apenas que estamos evoluindo, melhorando o conteúdo e a qualidade das coisas que fazemos, mas também estamos conseguindo quebrar um tabu de que brasileiro não gosta de coisas do Brasil. Na hora em que somos capazes de fazer uma coisa boa, ele prova: “Eu gosto”, e vai à luta, vai ao cinema, mesmo que as salas de cinema estejam muito concentradas nos grandes centros. Nas pequenas cidades tem poucos, na periferia, nenhuma. Mas isso está demonstrando que quando o cinema tem qualidade o povo vai à luta e vai ao cinema. Ou seja, o que está provado é que o mesmo povo que gosta de carnaval, o mesmo povo que gosta de futebol é um povo que, se o cinema tiver qualidade, ele gosta e não mede esforço para ir.

Em 2003, o nosso mercado, incluindo filmes norte-americanos e de outras nacionalidades, cresceu 11% em relação a 2002. Mas, agora, tem um dado fantástico aqui: a procura por filmes brasileiros, nesse mesmo período,



creceu muito mais: cerca de 180%. Saltamos de 8% dos ingressos vendidos em 2002 para 21,5% em 2003.

A conclusão é evidente: todo povo gosta de ser protagonista de suas próprias histórias. O sucesso do cinema nacional confirma isso e deixa claro que, tendo condições, nossos cineastas produzem com qualidade e o público aplaude com muita satisfação.

Portanto, acho que nós descobrimos o que vocês já sabiam: temos competência, temos qualidade, temos jeito de fazer. O que estava carecendo, neste país, era de uma oportunidade para a indústria nacional do cinema e do audiovisual. Acho que a nossa obrigação é criar as oportunidades, para que vocês possam provar que não somos inferiores a ninguém quando se trata de audiovisual e quando se trata de cinema, além de outras coisas.

Meus parabéns ao companheiro Gilberto Gil. Meus parabéns aos companheiros e companheiras que vão tomar conta desse Conselho. E, para sorte minha, eu, agora, vou ter de quem cobrar, para não ser mais cobrado como, normalmente, se cobra, no Brasil.

Boa sorte.

/mcpro/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega do Prêmio Nacional da Gestão Pública**

Palácio do Planalto, 12 de fevereiro de 2004

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Meus companheiros ministros Roberto Rodrigues, Ricardo Berzoini,
Guido Mantega, Eunício Oliveira,
General Jorge Félix,
Companheiro Gushiken,
Minha companheira Marisa,
Meu caro Toninho Trevisan, presidente do Conselho Nacional da Gestão
Pública,

Meus amigos,
Minhas amigas,
Senadores aqui presentes,
Deputados,
Meus companheiros e companheiras agraciados com o Prêmio Nacional
de Gestão Pública,

Senhoras e senhores agraciados com a Medalha Voluntários da
Qualidade,

Meus amigos e minhas amigas,

Haverá um dia em que além do prêmio simbólico que vocês receberam,
essa estatueta bonita, nós vamos ter recursos, vamos dar uma parte em
dinheiro. Haverá um dia...

Entregar o Prêmio Nacional da Gestão Pública é uma forma de
homenagear as organizações que em 2003 se destacaram – exemplarmente –
na busca da eficiência administrativa e da excelência na prestação de serviços



à população brasileira.

Estou aqui, portanto, para reconhecer a importância do trabalho e da dedicação de todos os funcionários e funcionárias de órgãos da administração direta, de empresas públicas e de sociedades de economia mista do nosso Brasil.

Esta cerimônia é uma amostra concreta daquilo que se pode fazer para melhorar a gestão do Estado internamente e em suas relações com a sociedade.

Nós acreditamos que oferecer serviços públicos de qualidade, com eficiência e transparência, é dever de todo governo democrático. Mas há uma razão muito especial para que façamos isso hoje, neste momento histórico que o Brasil está vivendo.

Como avançar na retomada do crescimento, com inclusão social, sem contar com um Estado capaz de cumprir o seu papel nesse processo? Nós estamos trabalhando para que o Estado brasileiro tenha plenas condições de fazer isso, ao contrário do que se fez na última década.

Com o enfraquecimento e mesmo a terceirização de funções do poder público, tanto a qualidade dos serviços como as condições de trabalho dos servidores pioraram muito. Nós temos o compromisso de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para reverter essa situação. E já estamos fazendo.

Gostaria de destacar aqui algumas das ações que se colocou em prática, nos últimos 13 meses: criamos um Sistema de Negociação Permanente para democratizar as relações de trabalho no serviço público; autorizamos o maior número de concursos dos últimos nove anos – 24.808 novas vagas, em áreas essenciais como hospitais universitários, escolas fundamentais e universidades federais; regularizamos mais de três mil contratados em projetos de cooperação internacional; desenvolvemos programas de qualificação dos quadros federais em parceria com outros países; investimos na capacitação de gestores estaduais e municipais que



executam localmente programas coordenados por vários ministérios; revisamos os principais processos de contratação de terceiros; todos os ministérios adotaram medidas de racionalização na utilização dos recursos financeiros; criamos e fortalecemos Ouvidorias – inclusive a do Servidor – e estamos trabalhando para implantar um sistema de Governo Eletrônico.

Esse processo de mudança só tem sido possível porque conta com o engajamento dos funcionários, que têm tanto compromisso quanto nós com a busca da excelência no serviço público.

Para isso, é preciso também continuar transformando as relações entre o Estado e a sociedade, tornando-as cada vez mais democráticas e participativas.

A criação e revitalização de mecanismos de participação social – como temos feito –, têm possibilitado que os cidadãos se tornem parceiros efetivos na construção de um serviço público de qualidade.

O próprio Conselho desse Prêmio é um bom exemplo disso, na medida em que é composto por pessoas da sociedade civil, líderes em suas áreas de atuação e com notória competência nos assuntos ligados à excelência da gestão.

Quero, aqui, parabenizar a todos os funcionários e funcionárias das instituições premiadas – e de tantas outras que concorreram, demonstrando interesse e empenho na melhoria do serviço público.

O trabalho de vocês é imprescindível para que, cada vez mais, o nosso povo tenha acesso a um serviço de melhor qualidade.

Quero terminar dizendo a todos vocês que concorreram, aos que ganharam e aos que não ganharam, que o simbolismo de vocês ganharem o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela qualidade do serviço, pela relação com a sociedade é, eu diria, apenas um pouco daquilo que acho que o nosso funcionalismo precisa ter.

Todo mundo sabe que o Estado nunca será o Estado democrático e



prestador dos serviços de qualidade se ele não tiver uma máquina pública com profissionais altamente qualificados, altamente motivados e, por que não dizer, remunerados de acordo com a qualidade e a necessidade da função.

Lamentavelmente, no Brasil, muitas vezes e durante muitos anos, isso foi tratado de forma secundária. Tomava-se como base o salário mínimo para se dizer que quem ganhasse um pouquinho mais que o mínimo já era um “super marajá”, um “super salário”, sem levar em conta a qualificação profissional.

Por conta disso, o Estado, muitas vezes, gastou muito dinheiro, investiu em quadros de extraordinária competência profissional e, logo em seguida, perdeu esses quadros para a iniciativa privada, porque não pagava um salário condizente com a qualidade do serviço que o próprio Estado exigia e que a função permitia que as pessoas tivessem.

Recuperar esse padrão de excelência do Estado brasileiro, com servidores altamente qualificados, não é uma tarefa fácil e nem pode ser feito da noite para o dia. Mas é preciso. Começamos a desmontar o “aparelho de desmonte” que tinha sido implantado neste país, nos últimos 13 ou 14 anos.

Acho que é uma obrigação do nosso Governo e dos futuros governantes deste país recuperar a excelência da máquina pública. Uma máquina pública bem profissionalizada e bem formada arrecada mais, presta serviços de melhor qualidade, combate o desvio de recursos, produz muito mais e transforma os serviços prestados pelo Estado em serviços competitivos com qualquer outro país do mundo.

Lamentavelmente, durante muitos anos, o preconceito da inferioridade dos países emergentes, como o Brasil, diante dos países do primeiro mundo fez com que, muitas vezes, nós nos olhássemos só com defeitos e olhássemos até os defeitos dos outros como virtudes.

Eu tenho muito presente na cabeça quando se falou em combater o marajá pela primeira vez, neste país, na década de 90. Lembro o quanto a



máquina pública brasileira e os servidores públicos foram, por conta de uma frase de efeito de uma campanha eleitoral, massacrados a partir daquele instante.

E nós precisamos recuperar isso. Nós precisamos devolver ao Estado brasileiro, tanto à União quanto aos estados e aos municípios, a excelência de qualidade de serviços que um dia nós prestamos. E isso só será possível se for estabelecido pelo nosso Governo um outro padrão de relação entre o Governo e a máquina pública do nosso país.

Estamos apenas começando. E podem ficar certos de que grande parte dos discursos que não apenas eu, mas que muitos dos meus ministros fizeram a vida inteira nós haveremos de, ao terminar o nosso mandato, ter cumprido grande parte daquilo que juntos sonhamos, nas derrotas e nas vitórias.

Meus parabéns a todos vocês. Meus parabéns ao Ministério do Planejamento. Meus parabéns, Trevisan. E meus parabéns aos premiados. E, Pinguelli, na próxima vez, deixe um pouco para outros departamentos do Estado.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Conferência Anual da Rede Parlamentar de Países Membros do Banco Mundial (vídeoconferência)

Palácio do Planalto, 16 de fevereiro de 2004

Boa tarde. Eu quero cumprimentar o Presidente da Rede Parlamentar da Europa e os participantes deste Seminário. E gostaria de parabenizar o Banco Mundial pela organização desta Conferência Parlamentar. Ela é importante e necessária: os países pobres e em desenvolvimento têm urgências e buscam aliados.

Nós sabemos que a vida de 1 bilhão e 300 milhões de seres humanos permanece presa numa teia de carências básicas e exclusão social. Para rompê-la, é fundamental que as Metas do Milênio tenham prioridade na agenda internacional e sejam, de fato, alcançadas.

O Planeta tem recursos e tecnologias suficientes para possibilitar vida digna ao dobro da sua população. Se a fronteira da igualdade parece mais distante hoje do que ontem, isso não se deve à escassez, mas à incapacidade de nós repartirmos aquilo que produzimos.

A globalização não trouxe, até hoje, a prometida convergência da riqueza. Ao contrário. Desequilíbrios históricos têm se agravado e distorções comerciais e financeiras continuam a drenar o mundo da escassez para irrigar o mundo da riqueza.

Hoje, 57 milhões de latino-americanos vivem com menos de um dólar por dia. E 58% das nossas crianças vivem quase na extrema pobreza. A desigualdade sempre foi medida por padrões econômicos, mas superá-la requer, sobretudo, decisões políticas.

A crônica do século XXI poderá lembrar esse período como aquele que exigiu de cada homem público uma dose adicional de vontade política, para



erguer pontes. De coragem – para ir além das circunstâncias. E da fidelidade aos compromissos – para não abafar milhões de vozes que falam através das nossas palavras.

Trata-se de construir um consenso internacional para corrigir assimetrias que têm empurrado países pobres e em desenvolvimento para uma espiral descendente e totalmente intolerável.

É mais sensato evitar que esses países se obriguem a escolher, mais cedo ou mais tarde, entre a asfixia e o desespero. O melhor caminho é o da cooperação multilateral.

As Metas do Milênio formam, portanto, uma convergência socialmente inadiável e tecnicamente factível. Este é o nosso desafio, no século XXI: fazer do combate à extrema pobreza a mola propulsora do crescimento e não apenas a sua consequência.

Senhores parlamentares,
Senhoras parlamentares,
Participantes deste Seminário,

Estive, no último dia 30 de janeiro em Genebra, onde encontrei-me com os presidentes Jacques Chirac, da França, e Ricardo Lagos, do Chile para, juntamente com o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, tratarmos de como erradicar a fome no mundo.

A fome a miséria não são situações imutáveis ou irremediáveis. Acreditamos que os recursos financeiros para combatê-la podem ser obtidos, uma vez mobilizada a necessária vontade e disposição política. Os mecanismos capazes de produzir resultados práticos podem ser estabelecidos, se governos e organismos não-governamentais se organizarem nesse sentido.

Com muito otimismo e por acreditar que um mundo mais justo e mais equitativo é possível, convidamos os líderes mundiais a se unirem à nossa proposta de ação contra a fome e a extrema pobreza.

Em nossa Declaração Conjunta, destacamos nossa firme determinação



de trabalhar para promover maior cooperação internacional e aumentar o volume de recursos disponíveis, para enfrentar desafios econômicos e sociais urgentes.

Sugerimos, também, algumas ações concretas – nós não temos uma ação definitiva, vai depender muito da criatividade de cada governante – entre as quais, a criação de um grupo técnico para estudar propostas sobre fontes inovadoras de financiamento e examinar mecanismos que possam canalizar possíveis recursos adicionais para um fundo especial de combate à fome, de natureza multilateral.

Decidimos examinar proposta sobre mecanismos alternativos de financiamento. A taxação sobre certas transações internacionais, a exemplo do comércio de armas e determinados fluxos financeiros, em especial aqueles que se valem de paraísos fiscais, entre outros.

Esse grupo técnico deverá elaborar um relatório, que representará uma contribuição aos trabalhos da reunião de líderes mundiais que estamos propondo para os primeiros dias da próxima Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro.

Esperamos, com esse chamado e com essas propostas, ampliar a abrangência dos debates em curso, equilibrando a agenda internacional, hoje excessivamente concentrada em temas relativos a questões de segurança.

Foi com esse espírito que lançamos, logo que assumi a Presidência, o Programa Fome Zero. No primeiro ano de Governo, esse Programa trouxe para o primeiro plano do nosso país o rosto de dezenas de milhões de pessoas que vivem subnutridas, na extrema pobreza.

Hoje, o Fome Zero, combinando medidas emergenciais e estruturais, já está implantado em 2.369 municípios – são mais de 5 mil e 500 municípios no Brasil – beneficiando 1 milhão, 901 mil, 288 famílias. Isso significa, aproximadamente, quase 5 milhões de pessoas.

Unificamos, também, os programas de transferência de renda e



começamos a implantar o Bolsa Família. A pobreza, como se sabe, não é um fenômeno individual. Atinge todo o grupo familiar, penalizando de maneira mais cruel, mulheres, idosos e crianças. A pobreza tampouco é um fenômeno restrito à carência de renda, mas um conjunto de precariedades – de saúde, de alimentação, de moradia, de educação – que tornam os indivíduos vulneráveis.

Em grandes linhas, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita até 100 reais mensais, ou cerca de 35 dólares mensais. Cada família pode receber benefícios que dobram ou triplicam sua renda mensal. Apenas a transferência de renda, no entanto, não garante a inclusão social dos beneficiados. Para que essas famílias possam romper o círculo vicioso da miséria, é preciso construir condições para que deixem de depender da assistência do Estado. O programa estabelece um conjunto de obrigações que as famílias devem, necessariamente, observar: o acompanhamento de saúde e do estado nutricional das famílias; a frequência à escola de todas as crianças em idade escolar; a educação alimentar; alfabetização, entre outras exigências que o Programa faz.

Essas obrigações estabelecem a contrapartida, o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas. Representam o acesso a direitos universais que, a médio e longo prazo, aumentam a sua autonomia, possibilitando que construam a própria emancipação. Este é o sonho de todos os brasileiros, e este é o sonho do nosso Governo. E, mais do que isso, é nossa obrigação como Governo, cuidar disso.

Atualmente, o Programa beneficia mais de 3 milhões e 615 mil famílias, ou cerca de 14 milhões de pessoas. Ao final de meu Governo, estou rezando e trabalhando, para que possamos atender 11 milhões de famílias, ou cerca de quase 50 milhões de pessoas.

Eu gostaria de terminar dizendo a todos vocês que eu quero que o mundo inteiro tenha em conta que a luta contra a fome não é dos países que



passam fome, mas de todas aquelas pessoas que sonham em construir um mundo mais justo, mais solidário e mais fraterno. Eu quero terminar dizendo que vencer o déficit social dos países pobres e em desenvolvimento requer a participação de todos vocês. Só assim o combate à exclusão vai gerar oportunidades, e não mais dependência. Falta, portanto, erguer uma ponte entre esses dois mundos. E só poderemos erguê-la se construirmos essa ponte juntos. Estou convencido que nós vamos ter, nessa luta, o apoio de todos os homens e mulheres democráticos do mundo, de todos os homens e mulheres que sonham em construir um mundo onde todas as crianças possam tomar café, almoçar e jantar todos os dias; onde todas as pessoas em idade escolar tenham o direito a uma escola; e onde todos recebam do Estado uma ajuda, por menor que seja, para que possam conquistar a sua cidadania.

Eu quero desejar a vocês um feliz encontro e dizer que estou agradecido, mais uma vez, de ter sido convidado a poder dizer umas palavras a todos vocês.

Muito obrigado.

/mcpro/vpm



Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, pelo início da nova Sessão Legislativa

Senhoras e senhores membros do Congresso Nacional,

No início desta nova Sessão Legislativa, reafirmo o meu reconhecimento ao inestimável trabalho do Poder Legislativo, durante 2003, e ao seu insubstituível papel na vida democrática de nosso País.

Apresento aqui, como é meu dever constitucional, o trabalho realizado pelo Executivo em 2003 e o nosso Plano de Ação para 2004.

O ano passado foi de sacrifício e reconstrução. Agimos com urgência e firmeza, desde o primeiro dia de Governo, para enfrentar e vencer a grave crise que desestabilizara a nossa economia. Mas, apesar das limitações conhecidas, demos início a vários programas sociais de grande relevância, com destaque para o Fome Zero, que contaram de imediato com intensa e solidária mobilização de amplos setores sociais.

Além disso, construímos, junto com o Congresso, governadores e prefeitos, a base política e parlamentar para aprovar reformas estruturais necessárias e justas. Ampliamos e aprofundamos o diálogo com a sociedade para governar com maior participação democrática. Fizemos do Brasil um interlocutor muito mais respeitado na diplomacia e no comércio internacional.

Hoje vivemos um período em que, recuperada a estabilidade econômica e a credibilidade interna e externa, o nosso País está preparado para retomar um ciclo histórico de crescimento sustentado.

O grande desafio que o Brasil e muitos outros países em desenvolvimento têm pela frente – neste e nos próximos anos – é fazer da inclusão social um fator determinante do desenvolvimento, mantendo, ao mesmo tempo, a estabilidade conquistada.

O Congresso Nacional tem sido – e, com certeza, continuará sendo – protagonista fundamental na construção desse novo ciclo de mudanças. A aprovação da reforma previdenciária e tributária é um exemplo marcante de um processo que, além dos méritos próprios do conteúdo das propostas, revelou profundo respeito à democracia, à independência dos poderes e ao pacto federativo.

Esse mesmo espírito público esteve presente na recuperação, atualização e aprovação de projetos importantes na pauta do Poder Legislativo, tais como o Estatuto do Idoso, do Desarmamento e do Torcedor, entre outras leis.

E agora se estende à preparação de outras reformas estruturais que o Governo tem compromisso de encaminhar até 2006, como a do Judiciário, a política, a sindical e a trabalhista.

As nossas prioridades, em 2004, são a geração de emprego e os investimentos na área social e de infra-estrutura. Vamos investir o necessário para que o País volte a crescer com estabilidade.

O apoio firme e decidido do poder Legislativo é fundamental também para debater, aprimorar e aprovar medidas relativas à definição de novos marcos regulatórios e outras normas que certamente contribuirão para os objetivos maiores do nosso País.

Continuando a trabalhar juntos, tenho certeza, os poderes da República e a sociedade seremos capazes de fazer surgir um novo Brasil, mais desenvolvido e socialmente mais justo.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço em homenagem ao presidente da República Libanesa, Emile Lahoud

Palácio Itamaraty, 17 de fevereiro de 2004

É com muita satisfação que reencontro meu amigo, o General Emile Lahoud, com quem estive em Beirute, no final do ano passado. Aproveito este momento para recordar a fraternal acolhida que a Delegação brasileira e eu recebemos durante nossa estada no Líbano. Com o mesmo sentimento de amizade e a mesma emoção, o Governo e o povo brasileiro lhe estende sua mais calorosa boa-vinda.

Senhor Presidente,

Durante sua visita ao Brasil, Vossa Excelência terá a oportunidade de constatar o impacto positivo da comunidade de descendentes de libaneses, nos mais variados campos de atividade social. Estes brasileiros fazem parte de uma comunidade energética e empreendedora, que soube conciliar o orgulho que sente por suas origens, com a dedicação patriótica à construção de uma sociedade democrática e plural.

Os libaneses que aqui se estabeleceram e seus descendentes tem prestado contribuição inestimável para o nosso desenvolvimento. Quero manifestar o reconhecimento da Nação pelo muito que fizeram e fazem pelo Brasil.

Com muita luta construímos no Brasil uma democracia plena e conquistamos o ambiente de diversidade e tolerância em que vivemos. No entanto, ainda temos muitos desafios a enfrentar. Os imigrantes libaneses trouxeram para o Brasil sua determinação em trabalhar por uma sociedade justa, onde todos tenham oportunidade para progredir por conta do próprio esforço. É este também o espírito que anima meu Governo. Vamos reduzir as



desigualdades sociais, de forma a dar a todos os brasileiros condições de vida dignas.

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, poderemos melhor implementar programas, como o Fome Zero e o Bolsa Família, que já estão mudando a vida de milhões de brasileiros.

Ao mesmo tempo, com os sacrifícios do primeiro ano de meu mandato criamos as condições para o crescimento sustentado da economia e a melhoria do nível de emprego e renda de todos os brasileiros.

Posso afirmar que nunca estive tão otimista quanto ao futuro do Brasil.

A construção de uma ordem mais justa e solidária é o que o Brasil defende também no plano internacional. Buscamos a redução das desigualdades entre os povos e o reforço do multilateralismo e do primado do direito internacional sobre o uso da força.

Queremos o fortalecimento das Nações Unidas, por meio de reformas que a tornem mais representativa dos interesses dos povos. Não há outro caminho para garantir maior estabilidade e segurança nas relações internacionais.

Queremos que a paz e o diálogo prevaleçam no lar de nossos parentes e antepassados. No Brasil, onde etnias e confissões convivem em harmonia, estamos convencidos de que a paz é alcançável. Acompanhamos, com grande interesse e preocupação, os acontecimentos no Oriente Médio, em particular na Palestina. A paz entre palestinos e israelenses é uma tarefa de toda a comunidade de nações. Defendemos um papel ativo das Nações Unidas na região e a efetiva aplicação de suas resoluções, enquanto expressão da vontade coletiva internacional.

Apoiamos, com confiança e expectativa, as iniciativas em curso para reaproximar os povos do Oriente Médio por meio do diálogo e do entendimento. Repudiamos a repressão desmesurada nos territórios árabes ocupados bem como todas as formas de violência que alimentam o círculo



vicioso de retaliação mútua.

A construção de uma ordem mais justa e solidária passa também pela reforma da geografia comercial internacional. Acreditamos que o G-20 é bom exemplo de como podemos juntar nossas forças em defesa dessa causa.

Foi com a mesma determinação que propusemos a realização da Cúpula América do Sul - Países Árabes, no Brasil. Em dezembro próximo, aqui no Brasil, teremos uma extraordinária oportunidade para enriquecer e dinamizar os laços históricos que unem nossas regiões. Tenho certeza de que a Cúpula será um marco definitivo no estreitamento das relações entre o Mundo Árabe e as nações sul-americanas e servirá também para aumentar o comércio e os fluxos de investimentos, em benefício da prosperidade e desenvolvimento de nossos povos .

Senhor Presidente,

Reitero o que afirmei em Beirute: queremos que o Líbano seja nosso parceiro privilegiado nessa empreitada. A receptividade que encontrei por parte das autoridades libanesas reforça minha profunda confiança no quanto podemos fazer juntos. Nos inspiramos nos laços de sangue e de história que nos unem, mas não nos contentamos com gestos retóricos.

Foi esse o sentido de minha viagem ao Líbano, quando assentamos as bases para relançar nossas relações. A visita, agora, de Vossa Excelência nos permitirá consolidar esses avanços. A Comissão Bilateral de Cooperação de Alto Nível, que deve reunir-se pela primeira vez ainda este ano, em Brasília, tornará permanente esse diálogo. E a linha aérea regular que vamos estabelecer entre nossos países reforça a certeza de que nossas Nações estão unidas por laços indissolúveis de sangue pela vocação – inaugurada no passado por nossos patrícios - de encurtar distâncias e ligar povos.

Sou otimista quanto ao potencial das nossas relações, pois tenho muita fé no futuro do Líbano. Um Líbano forte, livre, democrático e plural, cujo processo de reconstrução é um exemplo da força do seu povo.



É com esse espírito, meu caro Presidente Lahoud, que proponho um brinde à felicidade de Vossa Excelência, sua esposa, a senhora Andrée Amadouny, e à amizade entre nossas nações e ao promissor futuro de nossas relações.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega da Medalha JK, alusiva ao 50º aniversário da Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro

Uberaba, MG, 19 de fevereiro de 2004

Dr. Edson Luis Fernandes, diretor da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro,

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,

Meu caro companheiro Aécio Neves, governador do Estado de Minas Gerais,

Meu caro Anderson Adauto, ministro de Estado dos Transportes,

Meu caro companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento e Combate à Fome,

Meu caro Miguel Rosseto, ministro do Desenvolvimento Agrário,

Meu caro vice-governador Clésio de Andrade,

Senhor Marcos Montes Cordeiro, prefeito de Uberaba,

Meus companheiros deputados federais, deputados estaduais, prefeitos da região,

Meus caros amigos pertencentes ao corpo docente desta Universidade,

Funcionários, alunos, minhas amigas e meus amigos.

Primeiro, é uma honra ser homenageado com a decoração que leva o nome de um dos mais importantes brasileiros de toda a História do Brasil, Juscelino Kubitschek. Eu penso que na História brasileira, pouca gente teve a visão de país e de futuro como o nosso saudoso e ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Quero dizer a vocês que estou aqui neste momento, cumprindo um compromisso que eu assumi quando vim a Uberaba no ano passado participar de uma feira de agronegócio, onde muitos estudantes reivindicaram, por meio



de uma faixa, que essa faculdade fosse transformada numa universidade.

Sabedor de que este processo já andou pelo Congresso Nacional e que foi retirado da pauta, eu quero, antes de fazer o meu pronunciamento, dizer para vocês que é importante ter em conta que mandar um projeto para o Congresso Nacional é apenas a primeira etapa.

A segunda etapa, é que os nossos deputados precisam trabalhar intensamente, lembrando sempre que outras faculdades pelo Brasil a fora querem se transformar em universidades e que, portanto, nem todo mundo é favorável que seja exatamente a de Uberaba. Muita gente quer que seja a do seu estado.

Mas como nós somos mineiros, e como mineiros que somos, preferi andar devagar e sempre, nós vamos fazer uma coisa de cada vez. Eu acho que nós temos todas as condições. Tenho certeza de que o governador Aécio, o nosso vice Clésio, os nossos deputados, independentemente do partido a que pertençam, estarão conosco nesta empreitada.

Estou convencido que os prefeitos da região haverão de trabalhar junto aos deputados para que possamos aprovar essas reivindicações e estou convencido que da parte do nosso Governo, respeitando a autonomia do Poder Legislativo, nós iremos fazer todo o esforço para que a Faculdade de Medicina desta extraordinária cidade se transforme numa universidade.

É com grande satisfação que visito a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro e tenho a honra de receber pessoalmente essa homenagem de uma instituição que muito orgulha o povo mineiro e o povo do nosso país.

Soube que o surgimento desta Faculdade está ligado ao nosso querido presidente Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais.

Conta a História que, em torno de 1950, Juscelino encomendou uma pesquisa para conhecer os principais anseios da sociedade de Uberaba. O resultado revelou que um dos maiores sonhos dos uberabenses era ter uma Faculdade de Medicina. A cidade já era considerada um centro médico



avançado e o seu povo desejava que se transformasse num centro universitário.

O presidente JK foi um dos principais apoiadores do grupo que se reuniu para fazer desse projeto uma realidade. Hoje, 50 anos depois, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro é a realização de um sonho coletivo. É uma instituição reconhecida como núcleo de referência – tanto na construção e socialização do conhecimento, quanto no atendimento às comunidades da região. Tem cursos de graduação em Medicina, Enfermagem e Biomedicina. Desenvolve pesquisas em áreas importantes como Patologia, Medicina Tropical e Infectologia. Forma especialistas em áreas como Saúde Coletiva e Enfermagem Obstetrícia, com destaque para o curso de especialização em Saúde da Família, feito em parceria com o Ministério da Saúde. A cada ano, são 107 profissionais graduados, que se especializam para atuar nas equipes do Programa de Saúde da Família na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Quero destacar também o extraordinário trabalho do complexo hospitalar dessa Faculdade. Ele detém tecnologia de ponta, oferece serviços essenciais de saúde e desenvolve procedimentos de alta complexidade em várias especialidades. E mais importante, atende à população de Uberaba, de toda a região do Triângulo Mineiro e também pacientes do sul de Goiás, do norte paulista e do leste mato-grossense.

Com a experiência acumulada na área de Saúde, tanto no ensino superior quanto na prática médica, é mais do que natural e justo que a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro aspire se transformar em uma universidade Federal especializada em Saúde.

No dia 20 de novembro do ano passado, tive a alegria de encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei que transforma esta Faculdade na Universidade Federal do Triângulo Mineiro.



Tenho convicção e a certeza de que, como universidade especializada em Saúde, ela poderá responder de forma mais ágil e completa às necessidades de expansão do ensino, assim como a demanda por novos profissionais da área de Saúde em uma região que abrange quase 400 municípios.

Eu quero terminar parabenizando a Faculdade do Triângulo Mineiro e a todos os profissionais que se empenharam – e continuam se empenhando – para fazer dela o centro de referência e de excelência que é hoje.

Quero agradecer a todos vocês, e prestar uma homenagem especial ao meu querido ministro Anderson Adauto. Não sei se vocês perceberam que tudo que nós assinamos aqui está ligado à região do Triângulo Mineiro. Minas Gerais é um estado que tem a maior malha viária do país, portanto, tem que ser tratado com carinho, eu diria, mais do que excepcional. Acho que nesse ano que o companheiro Anderson trabalhou no Ministério dos Transportes – estamos completando apenas 13 meses – e tudo o que precisou ser feito no Ministério para que a gente pudesse recuperar a credibilidade junto à sociedade brasileira, junto a empresários, e o trabalho feito com o carinho que ele fez foi tão extraordinário que eu estou convencido que Uberaba e o Triângulo Mineiro saberão reconhecer o valor que esse filho de Uberaba tem como ministro dos Transportes do meu Governo.

Parabéns companheiro Anderson. Eu ainda vou ter que falar do Anderson no outro ato que vamos realizar agora, de inauguração da estrada, mas como nem todo mundo que está aqui vai estar lá, eu quero te dizer que é um prazer enorme tê-lo como companheiro de Governo.

Quero também dizer ao governador Aécio Neves que, embora pertençamos a partidos diferentes, talvez porque tenhamos, em algum momento histórico, nos filiado a partidos diferentes, a verdade é que enquanto governo do Estado, enquanto presidente da República, nós temos trabalhado de forma muito unida, e eu posso dizer para vocês, mineiros, que o governador



Aécio Neves tem sido um grande parceiro do Governo Federal nessa arrumação de casa, sobretudo no primeiro ano. Por isso, muito obrigado.

E quero aproveitar para agradecer a Minas Gerais por ter me dado de presente o nosso querido José Alencar como vice-presidente da República. Eu acho que, poucas vezes, na História do Brasil, um presidente da República teve a honra de ter um vice do porte do José Alencar. Um homem dos mais dignos que eu conheci na minha vida – e olha que a minha vida não é tão curta, porque já estou 58 anos de idade – mas, sobretudo, porque o José Alencar não é um vice, é um irmão, um companheiro para todos os momentos, sejam bons ou ruins. Por isso, eu não poderia deixar de fazer esse agradecimento ao povo mineiro por ter me dado de presente esse extraordinário ser humano chamado José Alencar.

Muito obrigado.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do trecho da BR-262**

Campo Florido, MG, 19 de fevereiro de 2004

Meu querido companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Meu querido companheiro Aécio Neves, governador do estado de Minas
Gerais,

Meu querido companheiro Anderson Adauto, ministro de Estado dos
Transportes,

Meu companheiro Patrus, companheiro ministro do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome,

Meu companheiro Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento
Agrário, que vai junto comigo visitar o acampamento em Campo Florido,

Meu companheiro Clésio Andrade, vice-governador de Minas Gerais,

Meu caro Ronaldo Cássio Bernardes, prefeito de Campo Florido,

Demais prefeitos aqui presentes. Estou vendo aqui meu companheiro
Zaire, prefeito de Uberlândia,

Deputados federais, deputados estaduais, vereadores,

Meus companheiros e minhas companheiras,

Eu não vou falar muito, mas eu quero dizer para vocês da minha alegria
de voltar a essa região. Eu, há dez anos atrás, estive aqui visitando um
acampamento dos sem-terra, em Campo Florido. Disse a eles que um dia
voltaria como presidente da República. E estou voltando como presidente da
República.

Eu penso que, dificilmente, um presidente da República, lá de Brasília,
tenha dimensão da importância de um trecho de estrada. São 36 quilômetros,
que custam apenas 8 milhões e meio de reais, numa parceria entre Governo



Federal e Governo Estadual. E porque é que, dificilmente, um presidente da República veria isso? É porque muitas vezes, os projetos que se apresenta na mão do presidente da República são os de infra-estrutura, grandes, do país. Não são as pequenas coisas que, muitas vezes, tem uma importância excepcional mas que, normalmente, as pessoas que reivindicam não têm acesso a quem deveriam ter, para que essa obra tenha prioridade.

Eu confesso a vocês que eu jamais imaginei que uma obra, aqui no Triângulo Mineiro, de apenas 36 quilômetros, no valor de 8 milhões e meio de reais, pudesse ter a importância que eu percebi ter, no discurso de todos os companheiros que me antecederam, e no discurso e nas conversas que eu tive com as pessoas aqui, atrás dos bastidores.

Isso demonstra claramente que um dos grandes e graves problemas do nosso país é procurarmos apenas coisas difíceis para fazer. Muitas vezes as soluções de um problema para uma região extraordinariamente produtiva como essa está em fazer a complementaridade rodoviária com um trecho de apenas 36 quilômetros. Segundo o meu ministro dos Transportes, só ele, em 16 anos como deputado, vem brigando desde o primeiro dia de sua posse por isso, até quando virou ministro, e somente agora pôde concretizar um sonho do povo de Campo Florido e do povo dessa região.

Eu tenho, ao longo desses 14 meses, descoberto uma coisa interessante. Quando nós somos guindados a um posto de presidente da República, que é o posto mais importante que um ser humano pode exercer num país, ou quando nós somos guindados a um cargo de governador de estado, que é o cargo mais importante dentro do estado. Nós não temos mais o direito de ficar olhando as cores das bandeiras dos partidos a que pertencemos e tampouco temos o direito de tratar algumas pessoas melhores que as outras.

Eu fico sempre comparando o exercício do cargo de Presidente com as coisas mais simples que um povo entende; muitas vezes – no Brasil era assim há um tempo atrás – toda vez que um casal casava e ia ter um filho,



normalmente o desejo do marido era que o filho fosse homem, e tinha gente que ficava zangado, se não fosse homem; a mulher, mais contida, muitas vezes queria uma filha mulher, mas não falava tal era o desejo do marido de querer um filho homem.

Pois bem, quando a gente tem os nossos filhos, a gente não quer saber se é homem ou se é mulher, se ele tem os olhos verdes ou azuis, se ele tem um metro e noventa ou um metro e cinqüenta, se ele é gordo ou é magro, se ele é um aluno bom na escola ou não é. Nós os tratamos de forma igual, porque são os nossos filhos e temos obrigações com eles.

O cargo de Presidente da República obriga o presidente da República a agir como se fosse uma espécie de pai que não tem direito de gostar mais de um do que de outros; que não tem direito de fazer mais para um do que para outros. Nós temos que fazer aquilo que é possível na medida do possível, em função das necessidades e das prioridades de cada região do nosso país.

O companheiro Anderson, quando foi convidado para ser ministro do Transportes, se deparou com uma espécie de catástrofe no Ministério. Eu não preciso dizer o que era, porque a imprensa falava fartamente.

Pois bem, para que nós pudéssemos amenizar o sofrimento daqueles que precisam das estradas – não só para os que transportam as riquezas produzidas pelo Brasil, mas também para os que não transportam, mas que consomem – ao invés de usarmos o dinheiro para gastar em coisas novas, nós dedicamos grande parte dos recursos que tínhamos para recuperarmos, em 13 meses, praticamente 38 mil km de estradas neste país, de 58 mil km que estavam totalmente deterioradas.

E fazer a recuperação não era fazer uma estrada nova; muitas vezes, era tapar um buraco para que o caminhoneiro não quebrasse a ponta de eixo do seu caminhão ou não estourasse o pneu. Era fazer aquilo que qualquer um deveria saber que precisava ser feito, porque o grande problema do Brasil é que nós temos uma malha viária onde se gastou, ao longo dos anos, mais de



150 bilhões de dólares, e essa malha não teve a manutenção correta. Vocês sabem que se não se faz manutenção, a casa se deteriora, um aparelho de som se deteriora, o carro se deteriora. As estradas também se deterioram.

Então, é preciso que haja o cuidado de, antes de se gastar dinheiro em coisas novas, colocar o que já existe para funcionar, e tem muita coisa que precisa funcionar, no nosso país.

É por isso que eu estou aqui. Não é habitual um Presidente da República participar da inauguração de uma rodovia de apenas 36 km, que gastou apenas 8 milhões e meio. Não é habitual.

No Brasil, de acordo com a cultura brasileira, presidente da República só participa de coisas importantes; mas, importantes para quem? Essa rodovia, embora seja de apenas 36 km, estava sendo reivindicada por vocês há 20 anos - há 20 anos eu nem estava pensando, ainda, em ser presidente da República, eu não tinha nem noção; o Aécio nem pensava em ser deputado federal; o José Alencar nem pensava deixar a Coteminas; o Anderson nem pensava em ser ministro - e vocês já brigavam por esta estrada.

Então, esta estrada não é uma obra do Anderson, ou do presidente da República, ou do governador do Estado; esta obra é o resultado da perseverança de vocês que, durante todos esses anos, não esqueceram de transformar esses 36 km num pedaço de chão importante para dar vazão à riqueza, e há muita riqueza que vocês produzem nessa parte abençoada por Deus, que é uma das regiões mais ricas do nosso país.

Portanto meu caro, eu quero dizer ao companheiro Anderson que não vou fazer o meu discurso por escrito com todos os números de estradas e rodovias que estamos fazendo por este país.

Nós viemos a Minas Gerais inaugurar a ponte de Porto Alencastro, que começou a ser feita no governo Fernando Henrique Cardoso. Faltavam apenas 5% para acabar e eu não sei porque ficou tantos anos paralisada, se faltavam apenas 5%.



Possivelmente, o ministro dos Transportes, na época, não queria que o presidente Fernando Henrique Cardoso viesse inaugurar, porque ninguém pode deixar uma obra com apenas 5% sem acabar. Se faltassem 50%, vá lá, mas 5%! Isso significa que tinha sido feito tudo, e não se inaugurou a obra. Nós anunciamos, hoje, uma ordem de serviço no montante de 40 milhões de reais para retomar a duplicação, para construções, obras na rodovia BR-050, que é a estrada mais importante que passa por Uberaba, cortando o Triângulo Mineiro.

Uma das obras já está em andamento. Trata-se do moderno trevo, verdadeiro complexo viário, no entroncamento entre a BR-050 e a BR-262, na entrada do Jardim Maracanã, em Uberaba. As outras incluem pontes e viadutos, bem como obras de terraplanagem para duplicação de um trecho de 137 quilômetros, da BR 150, entre a divisa de Minas Gerais e São Paulo. Cerca de 60% do percurso já foi duplicado.

Bem, a BR 050, integra uma das rotas de desenvolvimento mais importantes do país, ao ligar o Triângulo Mineiro à capital paulista, passando por Ribeirão Preto e Campinas, locais onde grande parte da produção transportada, café, pecuária de corte, leite, fruticultura e grãos, é consumida ou segue para ser exportada.

Essa rota também é importante para o deslocamento de passageiros por terra, interligando a capital e o interior de São Paulo aos estados da região Centro-Oeste, Minas Gerais e Distrito Federal.

Quero só terminar dizendo a vocês o seguinte: o nosso companheiro Anderson Adatao, quando foi convidado por mim, ele me disse: “Presidente, essa é uma área extremamente complicada, porque é uma área que tem muitas denúncias.” Eu falei para o companheiro Anderson: é exatamente por isso que eu estou convidando Vossa Excelência para ser ministro dos Transportes.

Primeiro, porque é preciso moralizar essa área, que é uma área muito vulnerável e que utiliza muito dinheiro.



Segundo, é preciso instituir, no Brasil, as parcerias que o Aécio Neves falou aqui, que o Anderson falou, porque aquilo que o estado não pode fazer, o estado precisa fazer em parceria com quem pode fazer, para que a gente possa concluir determinadas obras que, historicamente, são reivindicadas pelo povo brasileiro. Mas entra governo, sai governo, e essas obras não acontecem nunca. Por quê? Porque cada governo define a sua prioridade, cada governo quer deixar a sua placa, quer deixar a sua marca. E eu penso que, como nós somos numa nova geração de governo, meu caro governador, a única placa que nós queremos deixar é a placa de que “o país ganhou”, com a nossa passagem pelo Brasil e pelo estado de Minas Gerais.

Muito obrigado. Boa sorte a vocês e meus parabéns, companheiro Anderson Adauto.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede do Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho

Campo Florido, MG, 19 de fevereiro de 2004

Mas, companheiros e companheiras, eu queria dizer uma coisa para vocês, com muito carinho e com muito amor: nós temos um compromisso de vida com a reforma agrária, no Brasil. O compromisso de vida que nós temos com a reforma agrária é um compromisso que antecede à criação do PT, à criação da CUT, à criação do MST, é um compromisso que antecede à criação de todos os movimentos que lutam pela reforma agrária, neste país.

Quando eu tomei posse e convidei o companheiro Miguel Rosseto para ser o ministro do Desenvolvimento Agrário, eu disse a ele: “É melhor a gente parar, pensar, refazer o que tiver que ser feito e fazer assentamentos de verdade, neste país, ou nós vamos continuar, como sempre se fez, no Brasil, a brincar de assentar pessoas, jogando-as no meio do mato, sem dar assistência técnica, financiamento, sem dar condições de essas pessoas produzirem e viverem dignamente”.

Quando tomamos posse, meu caro Aécio, nós descobrimos que 90% dos assentamentos, neste país, não tinham licença ambiental. Pelo fato de não ter licença ambiental, a maioria dos assentamentos não conseguia ter acesso ao PRONAF, para pegar financiamento para a sua produção.

Então, a primeira coisa que nós fizemos foi tentar ordenar, para que os assentamentos fossem se regularizando, porque não adiantaria nada anunciarmos um montante de dinheiro para crédito para, quando chegasse o final do ano, percebermos que esse crédito continuaria no Banco do Brasil, porque a maioria das pessoas não tinha acesso.

Uma outra coisa grave é que a determinação para o dinheiro do PRONAF é quase que uma parceria entre o Banco do Brasil e os bancos



privados. Acontece que bancos privados não têm interesse em emprestar dinheiro para o pequeno e, portanto, esse dinheiro vai para o Tesouro. Eles preferem ficar com o dinheiro no Tesouro, sem ganhar 1% de juros do que emprestar para o pequeno, porque não têm a prática.

Eu vou mostrar como algumas coisas mudaram, neste ano, porque é importante a gente trabalhar com informação correta, para não cometer erros e nem injustiças com companheiros.

Em 2002, no ano inteiro, foram liberados apenas 2 bilhões e 200 milhões de empréstimo para a agricultura familiar. Nesses últimos sete meses – portanto, cinco meses menos do que o ano de 2002, porque começou em julho – nós já emprestamos 3 bilhões e 800 milhões de reais para a agricultura familiar, via PRONAF. Um bilhão a mais, em apenas sete meses de funcionamento.

A verdade, meu caro José Alencar, meu caro Aécio, é que nós descobrimos isso depois que anunciamos a liberação, porque descobrimos, Aécio, que em muitas agências do Banco do Brasil, em muitos lugares, os gerentes não estavam mais habituados a emprestar dinheiro para o pequeno. Portanto, ele nem sabia como fazer. Foi preciso parar o Programa, por quase 40 dias, para preparar os gerentes do Banco do Brasil, nas cidades pequenas, para que eles pudessem fazer empréstimo para a agricultura familiar.

Esse dinheiro, Aécio, vai até julho, ainda, são 12 meses. E eu tenho certeza que, pela primeira vez, o povo do Nordeste brasileiro teve acesso ao PRONAF. Nunca antes, o povo do Nordeste, o pequeno proprietário do semi-árido tinha tido acesso ao dinheiro do PRONAF. Pela primeira vez eles tiveram o incentivo necessário para ir ao banco e tomar 2 mil, 3 mil, 1.500 reais emprestados, para cuidar da sua lavourazinha.

E nós sabemos que aqui, em Minas Gerais, se você conversar com o Miguel Rosseto, você vai perceber que cresceu enormemente o nome de agricultores familiares que tiveram acesso ao dinheiro do PRONAF. O



Governador está dizendo: “De 70 mil famílias, passaram para 300 mil as que tiveram acesso ao dinheiro”.

E nós ainda temos dinheiro para liberar, esse dinheiro vence em julho. Possivelmente tenhamos algum problema, em alguma região do país, mas nós, certamente, vamos liberar mais dinheiro do que em qualquer outro momento da História deste país. E é pouco. Agora, nós só poderemos colocar mais dinheiro no Banco do Brasil para liberar, se a gente começar a utilizar o que tem, porque não quero repetir erros de outros governantes, que anunciavam na televisão que ia liberar 10, e quando chegava o final do ano liberava 1 e ninguém ficava sabendo. Eu, pelos compromissos históricos que tenho com vocês, prefiro muitas vezes dizer uma verdade dura, que as pessoas não gostam, do que contar uma mentira fácil, que engane as pessoas por meia dúzia de dias ou por poucos meses.

Nós temos consciência da importância da reforma agrária. É por isso que não fiquei no gabinete, esperando uma delegação do movimento que estive em Brasília, para me entregar uma reivindicação. Eu fui ao encontro dos companheiros para falar, de viva voz, para todo mundo. Fui assumir um compromisso que não era teórico, porque uma coisa é colocar no papel: “assentar 10 milhões”, “assentar 1 milhão”. Outra coisa é ter organização e estrutura para assentar as pessoas que precisam ser assentadas. Nós, além das 400 mil, resolvemos regularizar mais 130 mil, num total de 530 mil pessoas. Eu quero, na frente de vocês, dizer que o companheiro Rossetto sabe da tarefa gigantesca que está sobre os ombros dele, ele sabe da tarefa alucinante que está sobre os ombros dele, e ele sabe que nós montamos até um grupo interministerial para acompanhar o assunto junto com ele, para tentarmos acabar com as dificuldades e facilitar o trabalho dos assentamentos.

Eu quero dizer para vocês que não é tarefa fácil assentar, em três anos e meio, 530 mil famílias neste país. Não é fácil, não é tarefa pequena, é uma coisa fácil de falar, mas é uma coisa extremamente complicada de fazer. Se



fosse apenas para pegar os assentados ou os acampados que estão na beira das estradas e jogar num terreno, longe das cidades, eu não teria problema de fazer, colocaria até caminhão. Agora, como eu tenho uma relação de respeito pela minha origem, e tenho uma relação de respeito pelo que vocês representam neste país, eu prefiro dizer para vocês: nós não faremos assentamentos como eram feitos. Para o assentamento ser feito, temos que ter certeza que a pessoa vai ter a terra, que as crianças vão ter escolas, que as pessoas vão ter casas, vão ter assistência técnica, vão ter escoamento da sua produção; nós vamos ter a certeza que vamos organizar as pessoas em cooperativas; nós vamos ter que ter certeza que nós vamos criar as agroindústrias, para que elas possam dar emprego para a juventude que, necessariamente, não quer trabalhar no campo, mas pode trabalhar numa agroindústria, para colocar valor agregado no produto que vocês produzem no campo. É assim que a gente quer fazer uma reforma agrária.

E é por isso que eu tenho discutido com os companheiros que esse é um novo padrão de reforma agrária, é um novo modelo. Ele pode demorar um mês a mais, dois meses a mais, mas podem ficar certos que ele vai sair e vai sair com a qualidade que o povo deste país precisa, porque esse povo não pode continuar a ser enganado mais 100 anos, como foi, no século passado.

O povo tem que saber que, muitas vezes, quando se fica sabendo que é o Governo que vai desapropriar uma terra, essa terra triplica de preço. Todo mundo sabe. Porque hoje, neste país, só quem compra terra, Aécio, é o Governo.

Nós estamos estudando um outro jeito, para que possamos ter a terra a um preço mais barato. Porque, se gastarmos todo o dinheiro da reforma agrária para comprar terra, não teremos dinheiro para a educação, para as casas, para assistência técnica, e para emprestar.

Eu vim aqui há 10 anos, estou aqui hoje, e eu quero estar com a minha consciência tranqüila de que, em cada lugar que eu encontrar vocês, eu possa



cumprimentá-los de cabeça erguida, olhando no olho, porque eu quero ter a consciência que, se eu não fiz tudo que eu queria, não foi porque eu não quis, foi porque eu não pude. Mas nunca deixei de ser verdadeiro com aqueles companheiros que, historicamente, estiveram juntos comigo em todas as lutas que nós travamos neste país.

A revolução que vocês sonham não acontece com passe de mágica, e muito menos as coisas que nós desejamos acontecem com as facilidades de um discurso. Muitas vezes, quando vamos transformar os nossos discursos em coisas práticas, começamos a perceber que nem tudo é tão fácil, que não estamos no mundo sozinhos, que têm obstáculos, e que temos que ir vencendo cada obstáculo com a tranqüilidade necessária, para que não sejamos atropelados. A história mostra que, muitas vezes, pessoas tentaram fazer coisas com mais pressa do que deviam e não conseguiram fazer nada. Eu não ganhei de presente o mandato de presidente da República, eu perdi três eleições neste país. Muitos já teriam desistido, antes de tentar a quarta vez. E eu cheguei lá. Cheguei lá e sei o que se tem que fazer, neste país. Mas farei com o cuidado necessário, para não fazer com a pressa descabida de quem pode parar no meio do caminho.

Por isso a reforma agrária para mim é um compromisso histórico, mais do que um compromisso programático, é um compromisso de vida, muito mais do que um compromisso de um presidente da República porque, mesmo quando eu deixar o mandato, eu vou continuar brigando para que a gente nunca pare de fazer reforma agrária no nosso país.

Muito obrigado. Meus parabéns a todos vocês e boa sorte, companheiros. Boa sorte, e podem ficar certos que nós vamos reestruturar o Incra. Vocês sabem que o Incra estava desmontado, nós vamos reestruturá-lo para que ele possa trabalhar com a rapidez necessária e fazer as coisas que têm que ser feitas no Brasil. A única coisa que eu quero pedir – vocês podem até perder a paciência, que é um direito do ser humano – mas, por favor, não



percam nunca a esperança, porque as coisas irão acontecer com mais rapidez.

Muito obrigado.

/mcpro/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da 25ª Festa da Uva 2004**

Parque de Exposições – Caxias do Sul-RS, 20 de fevereiro de 2004

Meu caro companheiro governador do estado do Rio Grande do Sul,
Germano Rigotto, e sua senhora, nossa querida Cláudia Rigotto,

Meu caro companheiro Pepe Vargas e sua esposa, Ana Vargas,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro Ovídio Deitos, presidente da Comissão Comunitária da 25ª
Festa da Uva,

Meu caro companheiro embaixador da Argentina, que veio aqui para
olhar a qualidade de nosso vinho – espero que compre um pouco, depois de
provar vinho brasileiro,

Meu querido companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento,

Meu caro ministro Luiz Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e
Comércio Exterior,

Meu caro companheiro Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento
Agrário,

Meu companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades, e sua
companheira Judite,

Deputados Beto Albuquerque, Paulo Pimenta, Érico Ribeiro, José Igor
Sartori e Adão Preto,

Deputados federais, deputados estaduais,

Prefeitos, prefeitas,

Deputadas e deputados,

Meus amigos e minhas amigas,

Princesas e rainha – eu nunca estive num lugar que tivesse tanta



princesa e tanta rainha juntas.

Quando a gente prepara um discurso para um evento como este, é preciso combinar com os que falam antes de nós, para que não falemos as mesmas coisas. Portanto, o que está escrito aqui não vale, porque já foi dito. Eu vou ter que falar um pouco, agora, com o meu sentimento.

A história da imigração alemã, em 1850, a história da imigração italiana, em 1875, para esta região do Brasil, é a demonstração de que a fome que estamos tentando enfrentar, hoje, no nosso país, não é uma coisa nova no planeta Terra.

Há 200 anos, hoje no chamado “Continente rico”, que é a Europa, formada por alemães, italianos e outros, como os poloneses, vieram para o Brasil fugindo da miséria, procurando a terra prometida, como Moisés já tinha procurado, há tantos e tantos anos.

Significa dizer que o problema da pobreza da Humanidade não é nova. É uma coisa muito antiga. E é uma coisa que persiste, sistematicamente, porque hoje, nesse mundo globalizado e desenvolvido que nós vivemos, ainda morrem 11 crianças por minuto em função da desnutrição no planeta Terra.

Mas, se, por um lado, a vinda de vocês para cá significou que tinha pobreza há 200 anos, é verdade, também, que vocês deram uma outra demonstração: de que é possível vencer a situação mais adversa que for, se houver coragem, disposição de ir à luta, ao invés de ficar apenas lamentando aquilo que nós não conquistamos.

E, hoje, quem vem a este estado, e quem vem a esta cidade, a esta região da serra e a outras regiões do Rio Grande do Sul, percebe que este povo não apenas venceu, do ponto de vista da sua sobrevivência econômica, a gente percebe que este povo venceu do ponto de vista cultural. A gente percebe que a mistura de raças acontecida neste Estado produziu um povo



extraordinariamente bonito. E muito mais do que isso, extraordinariamente trabalhador e criativo.

Eu digo sempre para os meus companheiros gaúchos: seria bom que cada político gaúcho peregrinasse um pouco pelo Brasil para que eles sentissem as diferenças dos Brasis, que muitos de nós não conhecemos e, por isso, muitas vezes, governamos apenas para o Brasil de Brasília ou apenas para o Brasil dos grandes centros urbanos, sem levar em conta o Brasil de milhões e milhões de pessoas que não estão organizadas em partidos políticos, nem sindicatos, que, muitas vezes, não estão organizados nem para lutar pela sua própria sobrevivência.

Essa 25ª Festa da Uva poderia simbolizar mais do que pão e vinho, esta festa poderia simbolizar a vitória de um povo frente às adversidades que vocês enfrentaram há tantos anos. Eu fico imaginando quantos morreram de malária. Eu fico imaginando quantos tentaram desistir e não tinham nem como desistir, porque não tinham como voltar.

E é importante que a nossa juventude saiba o que aconteceu, alguns anos atrás, para se dar conta de que as coisas não podem ser conquistadas com a facilidade que muitas vezes nós queremos conquistar hoje. A riqueza só tem sentido de ser se ela for resultado do trabalho, do aumento da produção e da geração de outras riquezas para outras pessoas. Porque ninguém neste país fica feliz sabendo que pode ser rico, cercado por miseráveis por todos os lados. Essa Feira demonstra que o Brasil pode, deve e vai ser diferente daqui a alguns anos. Agora, para que isto aconteça é preciso plantar sementes boas, é preciso cuidar da terra com carinho e acreditar que teremos condições de mudar o Brasil.

Eu, particularmente, trabalho com a convicção de que o Brasil tem um problema de auto-estima, que vai do governante ao mais humilde dos brasileiros, que não acredita em si mesmo, que sempre acha que os outros produzem melhor, quando na verdade é uma questão de auto-estima nós



acreditarmos que temos condições de competir com qualquer segmento, em qualquer parte do mundo, na maioria dos produtos que nós produzimos. E vocês sabem, e aprenderam rapidamente, que produzir vinho exige investimento em tecnologia, exige investimento de conhecimento, porque somente assim vocês poderão ter o privilégio de, viajando pelo mundo, ver em vários países as pessoas brindando com um copo de vinho ou uma taça de vinho produzido na Serra Gaúcha ou outro lugar do território nacional.

E eu sei que falta muito pouco para a gente chegar lá. Eu sei que falta profissionalismo e falta, sobretudo, o governo assumir a responsabilidade de que nós temos de ajudar a nossa indústria do vinho a crescer, para que ao invés de importar a gente exporte o vinho para outros países. Aliás, eu vou mais longe, governador. No Brasil não tem muitas Feiras como esta todo ano, não. E olhe que eu acho que poucos Presidentes, na História do Brasil, têm participado de Feiras como eu participei o ano passado. Uma Feira como esta deveria ser obrigatória, estar na agenda de qualquer presidente da República a partir do dia em que ele tomasse posse, porque não é qualquer lugar do Brasil que produz um evento dessa magnitude. É só andar um pouco pela Feira para a gente ver a grandiosidade deste evento, o potencial de negócios deste evento. Portanto, deve ser compromisso, não apenas do Presidente, do Governador, do Prefeito da cidade, mas seria muito importante que outros Governadores viessem ver o que é isto aqui, para que saíssem daqui mais otimistas com relação ao nosso País.

Eu aprendi uma coisa em um ano de presidente da República, Rigotto. Eu aprendi uma coisa que acho que vale para todos nós: nenhum interlocutor, na face da Terra, respeita um interlocutor que negocia de cabeça baixa. Na relação humana de vocês, vocês sentem mais desprezo por alguém que haja de forma subalterna, do que por alguém que haja com altivez na defesa de seus interesses. E eu me convenci de que o Brasil tem um papel a jogar no mundo e que não depende de licença de ninguém, depende apenas da nossa



vontade e disposição política. Por isso, não medi nenhum esforço para trazer um companheiro como o Furlan, que eu mal conhecia, para ser ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior.

Por isso fui buscar não um companheiro do meu partido, mas um companheiro da qualidade do Roberto Rodrigues para ser ministro da Agricultura. E por isso eu fui buscar um companheiro da qualidade do Miguel Rossetto para cuidar da questão da agricultura familiar, porque no Brasil sempre se jogou a agricultura familiar contra a chamada agricultura empresarial. Eu acho que o Brasil é tão grande e tão importante que uma complementa a outra, e não atrapalha, como se tentou vender durante muitos e muitos anos.

E nós sabemos que a grande maioria dos produtores de vinho deste estado são pequenos proprietários de 20 hectares, de 15 hectares, de 30 hectares, quem sabe, o grande talvez tenha 50 hectares ou um pouco mais que isso.

E nós temos que dar a vocês a oportunidade de ter acesso ao crédito que, muitas vezes, é anunciado na televisão e sai depois que não se precisa mais do crédito. Nós anunciamos, em junho do ano passado, 5 bilhões e 400 milhões do Pronaf, para a agricultura familiar e, em sete meses, nós já liberamos, praticamente, um bilhão a mais do que todo o dinheiro liberado no ano de 2002. E ainda temos mais quase dois bilhões para liberar. E eu espero que, até julho, todos que precisarem de dinheiro se dirijam ao Banco do Brasil, para poder retirar o seu crédito do Pronaf.

Porque é isso que vai garantir que o Rossetto tenha forças para exigir que, quando formos fazer novo plano para a safra, a gente coloque mais dinheiro do que os 5 bilhões e 400. Senão, alguém vai dizer: “Bom, se não gastaram, não precisa tanto, vamos diminuir”. E o mesmo vale para a agricultura.

Eu só quero dizer aqui, governador, ministros e companheiros e



companheiras que estão nesta feira: estejam certos, não faltará dinheiro para a agricultura brasileira, no ano de 2004; e, muito menos, faltará dinheiro para o pequeno e médio produtor rural brasileiro. Estejam certos disso.

Eu estou, aqui, com as reivindicações de vocês. Normalmente, num evento como este, a gente só fala de coisas boas. Mas eu estou aqui com um papelzinho que diz – o Olívio já falou comigo, o Rigotto já falou comigo, o Tarso já falou, o Rossetto também já falou: não sei porque vocês colocaram muita gente lá em Brasília. Mas a verdade é que eu sei que vocês estão preocupados com a equalização do IPI. A verdade é que eu sei que vocês estão querendo discutir isso conosco. O ministro Roberto Rodrigues está sensível e, por isso, já propôs criar uma Câmara Setorial, para que a gente possa resolver esse problema.

O Tarso Genro já fez, aqui, um seminário sobre concertação, para nós tentarmos, junto com os setores, enfrentar esse problema. Porque eu quero que ao voltar aqui, para participar da 26ª Festa do Vinho, vocês não tenham nenhuma reivindicação para me fazer desse porte. Que tenham outras novas.

Vocês podem ter certeza de uma coisa: a noção maior de que a produção de vinho brasileiro vai crescer. E a forma que a gente pode demonstrar isso, com muito mais força, é que até um pernambucano como eu, que não tinha hábito de beber vinho, por conta da minha mulher, que é italiana, estou bebendo vinho, agora. Isso demonstra o potencial que a indústria do vinho, no Brasil, pode ter daqui para a frente.

Com todo respeito que tenho pelos meus companheiros chilenos, aos meus companheiros argentinos, aos meus companheiros da África do Sul, aos meus companheiros da Califórnia, aos meus companheiros franceses. Ou seja, nós temos condições de competir em igualdade com eles, porque não é todo vinho francês que é muito melhor que o nosso, não. É que, muitas vezes, nós preferimos valorizar uma coisa escrita “made in outro país” do que valorizar uma coisa produzida pelas nossas próprias mãos, pelos nossos próprios pés e



pelo nosso próprio esforço.

Eu quero dizer, meu querido governador Rigotto, que saio daqui satisfeito. Vou, agora, para o desfile. E eu tenho que, hoje, voltar para Brasília antes das 10 horas da noite. Mas saio daqui já assumindo o compromisso que, podem ficar certos, no ano que vem estaremos juntos, outra vez, na 25ª Feira do Vinho, na cidade de Caxias, no estado do Rio Grande do Sul.

Com essas palavras eu quero dizer a vocês que, quando eu comecei o meu Governo eu disse que não tinha o direito de errar. E, agora, na frente de vocês, eu quero dizer: um povo que conseguiu o que vocês conseguiram, sair de onde vocês saíram, sofrer o que vocês sofreram e chegar onde vocês estão hoje, demonstra que o nosso querido Brasil não tem por que temer o seu futuro.

Com essas palavras, eu quero declarar aberta a 25ª Festa da Uva, e convidar o governador e os ministros para brindarmos aqui, fazendo inveja para vocês aí embaixo, do saboroso vinho gaúcho. E esse vinho aqui é um vinho da Embrapa.

Gente, muito obrigado. Que Deus abençoe todo mundo e que vocês tenham uma extraordinária feira. E que, por favor, façam bons negócios.

/mcpro/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de lançamento da nova linha de produção da Marcopolo S.A.

Caxias do Sul - RS, 20 de fevereiro de 2004

Quero dizer ao meu querido companheiro governador do Estado, Germano Rigotto, e à sua esposa, Cláudia Rigotto,

Ao meu querido companheiro prefeito de Caxias, Gilberto Vargas, e à sua esposa Ana,

Ao nosso querido companheiro Paulo Bellini, presidente da Marcopolo,

Ao senhor José Antônio Fernandes Martins, vice-presidente da Marcopolo,

Aos meus companheiros ministros Roberto Rodrigues, da Agricultura; Furlan, do Desenvolvimento; Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário; Olívio Dutra, ministro das Cidades, e à companheira Judite, esposa do Olívio Dutra,

Ao meu companheiro Luiz Gushiken, secretário de Comunicação do Governo,

À minha companheira Marisa,

Aos deputados – eu não sei se vou lembrar o nome de todos – deputado Beto Albuquerque; deputado federal pelo PSB; deputado Paulo Pimenta, do PT; deputado João Augusto e deputado Adão Preto,

Meus queridos deputados estaduais,

Prefeitos das cidades vizinhas,

Meus companheiros, minhas companheiras,

Trabalhadores e trabalhadoras da Marcopolo,

Eu pensei que não tinha torneiro mecânico aqui, Bellini. Mas, essa fábrica não seria o que é se não tivesse bons torneiros mecânicos, produzindo



peças de qualidade.

Eu disse, já há algum tempo, que a Marcopolo é motivo de orgulho para nós, brasileiros. Muitas vezes nós, que estamos no dia-a-dia da empresa, não damos a devida importância àquilo que nós temos. Muitas vezes é assim até na vida particular da gente.

Mas, quando viajamos o mundo, quando vamos à Cuba, ao México, à Colômbia, à China e conversamos com os chineses – embora a fábrica só comece a partir de junho – é que temos a dimensão do que representa a Marcopolo nesse mundo globalizado, aonde ninguém respeita quem fica sentado chorando o que não tem, e não vai à luta para procurar aquilo que lhe interessa.

É por isso que a Marcopolo cresceu, enquanto empresa. É por isso que a Marcopolo tem, hoje, quase 10 mil funcionários. E é por isso que a Marcopolo é uma das maiores produtoras de ônibus do mundo. É porque, ao invés de ficar chorando a taxa de juros, ou ficar chorando financiamento, ou ficar apenas esperando o mercado interno brasileiro crescer, a Marcopolo resolveu ir à luta em outros continentes, em outros países, e não tentar apenas disputar com os países da União Européia, ou dos Estados Unidos, que já têm tecnologia e capacidade produtiva, e mercados até saturados, mas ir à luta onde nós temos condições de competir.

E é por isso que eu não tenho dúvida nenhuma que, depois dessa viagem nossa à Índia, quem sabe na próxima viagem que eu fizer à Índia, já tenha uma fábrica produzindo Marcopolo lá.

Da mesma forma que nós temos tentado recuperar um pouco a dimensão da América do Sul, para que possamos ter um mercado, que não é um mercado pequeno, é um mercado de quase 1 trilhão de dólares, um mercado de algumas centenas de milhões de habitantes. Mas é um mercado que está próximo e ao mesmo tempo tão distante, porque nós não temos as estradas, as ferrovias e as hidrovias, para que haja a interligação entre os



países da América do Sul.

Foi esse trabalho que nós fizemos, para uma integração física da América do Sul. Esse trabalho que nós resolvemos fazer, no primeiro ano de Governo, procurando novos status, em pátios pouco freqüentados por governos brasileiros como, por exemplo, os países árabes, onde passamos uma semana. Nós não fazemos outra coisa, meu caro Paulo Bellini, a não ser “garimpar” oportunidades para que produtos brasileiros possam competir com produtos de outros países importantes; para que possamos vender mais e gerar mais divisas, gerar mais riquezas, gerar mais empregos e fazer com que o Brasil seja cada vez mais respeitado, no cenário mundial.

Nós não queremos que o Brasil seja conhecido, no mundo, apenas como o país do carnaval, o país pentacampeão mundial de futebol, ou o país da violência sexual contra adolescentes. Nós temos tudo isso, mas nós precisamos ter o orgulho de mostrar que nós temos uma empresa, como a Marcopolo, que produz ônibus da qualidade que a Marcopolo produz. E, mais ainda, temos o orgulho de dizer que, no mundo pode ter igual, mas não tem trabalhador mais competente, mais criativo que o trabalhador e a trabalhadora brasileira, que aceitam os desafios para competir com quem quer que seja.

Esses dias, em Genebra, Furlan estava comigo, fizemos uma reunião com mais de 200 empresários de 24 países do mundo inteiro. E o representante da Mercedes Benz foi falar, no almoço que fizemos. Vocês companheiros, trabalhadores e trabalhadoras aqui presentes, não sabem o orgulho que eu fiquei com o discurso do presidente da Mercedes Benz. Eu poucas vezes, aqui dentro do Brasil, vi e ouvi alguém falar tão bem do Brasil e defender tanto a capacidade de trabalho dos trabalhadores brasileiros; eu não chorei porque estava com vergonha de chorar, junto de um público que eu não tinha, praticamente, conhecimento, fora os meus ministros.

E agora vamos continuar fazendo esse trabalho. Vamos continuar fazendo este trabalho, Bellini, porque nós estamos convencidos que, embora



tenhamos uma relação privilegiada com os Estados Unidos, que é o nosso maior parceiro comercial individual, e com a União Européia que é o nosso segundo parceiro comercial – mas aí já é coletivo, porque é toda a União Européia – nós não podemos apenas ficar esperando que esses dois blocos econômicos façam para nós as concessões que nós queremos que eles façam, para que possamos colocar os nossos produtos lá dentro.

Nós entendemos que negociação é vencida por quem tem perseverança, porque quem vai à luta. E nós entendemos que um país do tamanho do Brasil, com a capacidade que tem este país, com o povo extraordinário que tem, não pode ficar esperando as sobras das negociações do mundo desenvolvido. Nós temos que ir atrás de negócios. Eu, quando fui montar o Governo, imaginava criar uma secretaria especial de comércio exterior, e eu dizia: eu quero na secretaria de comércio exterior uma espécie de mascate. Aquele mascate que já não existe mais hoje, aquele mascate que chegava na casa da gente como uma sacola cheia de roupa, a mãe da gente não queria atender porque sabia que ele ia empurrar um pano para ela comprar, ia atender com má vontade, mas ficava ali, meia hora, uma hora, e a mãe voltava para dentro de casa com um pedacinho de pano e com uma prestação para pagar, a cada mês. Mas comprava, porque o mascate era teimoso, ia lá para vender e não queria perder a viagem.

O Brasil tem que ser assim. O Brasil não tem que pedir licença a ninguém. Nós já conquistamos a nossa maioria comercial, a nossa maioria tecnológica, nós já temos competência para viajar ao mundo e disputar com qualquer país, com qualquer produto que seja fabricado no mundo, e a Marcopolo fez isso. Tenho feito duras críticas, em vários lugares do mundo, aos empresários brasileiros, dizendo para eles: não tenham medo de ser empresários multinacionais, não tenham medo de crescer, disputem os espaços geográficos que existem no mundo. Nós poderemos contribuir para a mudança da geografia comercial do mundo se formos ousados.



E eu espero que outros empresários venham visitar a Marcopolo, conheçam o trabalho que vocês fazem pelo mundo afora. Primeiro, que não têm preconceito. Quando foi possível fazer um ônibus em Cuba, a Marcopolo não quis saber se Cuba era comunista ou não. Ela quis saber se lá era possível colocar os produtos dela. Se é importante colocar os seus produtos na China, a direção da Marcopolo não discutiu se a China é um país em que tem um partido único, a Marcopolo queria saber que lá era um país em que ela poderia fazer negócios e colocar os seus produtos, da mesma forma que fez com o México. Ou seja, é essa a ousadia, é essa a competência, é essa a visão estratégica que os empresários brasileiros precisam ter e não apenas ficarem esperando que o governo tenha mais dinheiro para emprestar, para fazer algum projeto. Nós temos que ir à luta para ocupar o espaço. E a Marcopolo, na verdade, serve como referência de empresa que não fica esperando, que vai atrás. E o sucesso está aí, os trabalhadores todos com a cara bonita, alegres, nunca vi tanta gente bonita junta. E eu acho que isso é um pouco o que é o Brasil, que vive hoje um momento econômico especial.

Nós estamos num ano em que a Caixa Econômica tem mais dinheiro para investir em habitação e saneamento básico. Nós estamos num ano em que o governo tem praticamente três vezes mais para investir do que teve no ano passado. Nós estamos num ano em que o Banco do Brasil tem o dobro do dinheiro para investir que teve o ano passado. Nós estamos num ano em que o BNDES tem muito mais dinheiro para financiar projetos do que financiou o ano passado. E é por isso que o Furlan vai levar muito em conta essa proposta do Moderbus.

Nós estamos num ano em que o Congresso Nacional, certamente, aprovará o PPP, que é a primeira grande experiência feita no Brasil de parceria concreta entre a iniciativa privada e o poder público.

Nós estamos num ano onde as exportações continuam crescendo. E nós estamos num ano em que a economia está mais ou menos estável e



controlada. E sabemos que enquanto tivermos uma dívida do tamanho que temos, não será fácil a gente perder a vulnerabilidade externa. E essa outra, nós vamos compensar com a credibilidade do Governo.

E eu quero aproveitar, meu caro Bellini, meu caro Governador, não porque seja o momento, mas é porque eu estou na frente de uns companheiros que, na verdade, significam a minha origem no mundo político e, eu diria, no mundo do trabalho. Eu estou dentro de uma fábrica. Na minha frente tem homens e mulheres de macacão, berço onde eu comecei a minha vida, com 14 anos de idade.

E eu queria aproveitar para dizer para vocês uma coisa, porque vocês estão acompanhando a imprensa e, muitas vezes, a imprensa cobra que o Presidente não se pronuncia, como se o Presidente fosse delegado de polícia, fosse representante do Ministério Público.

Mas eu quero dar uma informação importante para vocês. Primeiro, não haverá nenhum indício – eu não estou dizendo nem caso de denúncia – não haverá nenhum indício de denúncia que envolva práticas ilícitas ou corrupção, neste Governo que não seja investigada até o fim.

Obviamente que o Presidente da República tem sérias limitações. O que o Presidente da República pode fazer, às vezes, é a abertura de inquérito, junto com a Polícia Federal, e exonerar as pessoas que estejam envolvidas. Mas eu acho que cada um de nós pode fazer a sua parte. Eu acho que a imprensa joga um papel muito importante quando levanta as dúvidas, agindo, cada vez mais com seriedade. Acho que o Congresso Nacional tem toda a competência e serenidade para definir se deve ou não fazer CPI, quantas CPIs deve fazer.

O que eu posso dizer para vocês é que eu sou filho de uma mulher que morreu aos 64 anos de idade, analfabeta. E ela dizia para mim: “Meu filho, a única coisa que você não pode perder nunca é o direito de andar de cabeça erguida e olhar o seu semelhante no olho”. E isso, pode ter certeza que é o grande patrimônio que eu tenho na vida. É o grande legado que eu recebi da



minha mãe.

Eu tenho muito cuidado nessas coisas. Muito cuidado. Porque, no Brasil, o tempo instituiu a cultura de que todo mundo é culpado até que se prove o contrário. Eu sou formado numa outra cultura. Eu sou formado na cultura de que todo mundo é inocente até que se prove o contrário.

Então, as denúncias têm que ser apuradas. E eu estava falando ao telefone com o ministro José Dirceu, tinha falado pela manhã com o ministro Thomaz Bastos e determinei, Governador, que seja feita, hoje, uma medida provisória proibindo o bingo e caça-níqueis no nosso país, até que encontremos uma solução definitiva para essa situação.

Nós estamos conscientes do momento auspicioso que o Brasil pode viver, daqui para a frente, na área econômica. E podem ficar certos que não haverá nenhum problema político que atrapalhe os passos que o Brasil precisa dar. E vamos dar, porque o Presidente da República tem que sempre se comportar como se fosse um pai de uma grande família. O Presidente da República não tem filho privilegiado, um pai não grita com o seu filho fora de hora, como o Presidente da República não pune ninguém, não castiga ninguém, sem que tenha muita certeza das coisas que estão fazendo.

Todos nós, os 176 milhões de brasileiros, estamos subordinados à possibilidade de qualquer denúncia, sobre qualquer coisa. Todo mundo pode agir emocionalmente, um presidente da República não pode agir emocionalmente. Se tiver denúncia de crime eleitoral, a Justiça Eleitoral e os partidos para investigar, não depende do Presidente da República. Se tiver denúncia contra funcionários, o máximo que o Presidente pode fazer é exonerar o funcionário, abrir inquérito na Polícia Federal e permitir que haja toda facilidade possível para que a apuração vá até o fim. Se a pessoa estiver condenada, que pague pelo erro cometido. Se a pessoa for inocente, que tenha a sua honradez recuperada por quem a acusou.

Muito obrigado, meus companheiros. Boa sorte aos companheiros da



Marcopolo.

/mcpro/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à
fábrica Suspensys Sistemas Automotivos Ltda, unidade da Randon S.A
Caxias do Sul-RS, 20 de fevereiro de 2004**

Meu caro Randon, sua esposa,
Governador do Estado e sua esposa,
Meus companheiros ministros,
Meus companheiros diretores da Randon,

Eu quero sintetizar o orgulho que eu sinto em estar visitando uma empresa bem-sucedida como a Randon, ao olhar na cara dessas crianças com a camiseta com a propaganda “Florescer”.

Eu acho que uma empresa que cria um programa de formação do futuro deste país, como vocês estão criando, está dando mais do que uma formação de conhecimento a essa meninada. Vocês estão contribuindo para dar a essas crianças oportunidades que, possivelmente, muitas não teriam a partir da sua família ou se dependessem apenas do poder público. Vocês estão dando a essas crianças não apenas o conhecimento, mas a possibilidade de conquistar a cidadania; de terem, num futuro bem próximo, a oportunidade, quem sabe, de trabalhar na própria Randon e serem profissionais cada vez mais qualificados; e que possam contribuir para melhorar, cada vez mais, a qualidade dos produtos da Randon e elevar, ainda mais, o já extraordinário nome, no mercado, que tem a sua empresa, meu caro Raul Randon.

Eu quero dizer que saio de Caxias, hoje, duplamente feliz. Fui à Marcopolo, estou na Randon, vou numa feira, agora. E saio feliz porque eu percebo que, nesta cidade e neste estado, e no nosso país, há homens empreendedores que começaram do nada, que começaram, quem sabe, passando as maiores privações, sem ter certeza se o amanhã iria permitir que



continuassem sendo empresários.

Apenas a fé inabalável de um ser humano, a crença em si mesmo e a disposição de vencer é que fez, meu caro Randon, com que você tenha obtido o sucesso que você obteve.

Eu não tenho dúvida nenhuma que qualquer homem, mesmo que não tenha sensibilidade, seria capaz de usar o microfone e se emocionar, como seu filho se emocionou. Significa que você não construiu apenas uma grande fábrica, você construiu uma grande família. E, sem dúvida nenhuma, os seus herdeiros, pelo que vi aqui, hoje, estão preparados para fazer, se Deus quiser, mais e melhor do que você fez por Caxias, pelo Rio Grande do Sul, pelo Brasil e pelos trabalhadores deste país.

Meus parabéns e muito obrigado.

/mcpro



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração do projeto de urbanização da Bacia do
Tucunduba**

Belém-PA, 26 de fevereiro de 2004

Meus companheiros e minhas companheiras da cidade de Belém,
Meus companheiros e minhas companheiras do estado do Pará,
Eu quero dizer para vocês da alegria de estar aqui, com os meus
ministros: o ministro Ciro Gomes; o ministro Celso Amorim, o ministro Ricardo
Berzoini; a ministra Marina Silva; o ministro José Dirceu,

Os nossos queridos companheiros deputados,

O nosso querido companheiro Edmilson,

A nossa querida companheira Ana Júlia,

O nosso querido prefeito de Macapá,

O nosso querido reitor, o Alex,

O nosso querido arcebispo de Belém, Dom Vicente Zico,

E, por último, eu queria dizer ao companheiro Paulo Rocha, ao José
Geraldo e ao Hélio Esteves que – eu não esqueci o João Paulo - acontece que
eu acho que nós precisamos prestar uma homenagem a esse povo sofrido, a
esse povo que simboliza uma grande parte do povo brasileiro, que são os
moradores da Bacia do Tucunduba, que nunca tiveram a sorte de ter um
Presidente da República visitando esse bairro. Nunca.

E, hoje, vocês vão ter o privilégio não de ter um Presidente da
República, mas dois. Porque o nosso querido companheiro João Paulo Cunha,
que é o presidente da Câmara dos Deputados – em função de uma internação
do meu vice, José Alencar, que teve pneumonia e não pôde assumir a
Presidência – foi convidado para vir aqui, num lugar aonde jamais a imprensa
pensou que um Presidente iria tomar posse, num lugar em que jamais se



pensou ter dois Presidentes, para que eu diga a ele, ao companheiro João Paulo, que eu embarco, daqui a pouco, para a Venezuela e ele será o Presidente da República Federativa do Brasil até o meu regresso. E eu espero, João Paulo, que você aproveite esses dois dias.

Está aqui o companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal, companheiro que ajudou na construção dessa obra que nós viemos aqui inaugurar, e que é um companheiro muito antigo, não apenas como economista, mas como militante do PT, e que esse companheiro tenha visto um pouco a diferença da área que ainda não recebeu a drenagem, da área que ainda não recebeu o asfalto, para a área que já está asfaltada.

Que você e o João Paulo, nessa sexta-feira que eu vou estar na Venezuela, discutam e liberem o restante do dinheiro que o Edmilson precisa, para poder terminar essa obra. Porque falta a metade do trabalho. Falta a metade e, quem sabe, a gente possa vir aqui, no final do ano, inaugurar a outra metade ou, pelo menos, já estar com o trabalho num estágio muito avançado.

Então, eu desejo a você, João Paulo, toda a sorte do mundo, nessas 48 horas como Presidente da República do Brasil.

Quero dizer a você, meu companheiro Edmilson, que a gente pode agradecer à Caixa Econômica, pode agradecer ao Presidente da República, pode agradecer ao prefeito, pode agradecer aos deputados, pode agradecer à Ana Júlia, pode agradecer ao Waldir Gander, que vi ali, no escuro, e agora não estou vendo mais. Agora, o que a gente tem que agradecer mesmo é a paciência extraordinária e a capacidade de organização deste povo, que soube esperar, mas soube trabalhar para que esta obra pudesse se concretizar.

Eu quero, Edmilson, aproveitar que estou aqui, em Belém, e anunciar uma coisa que vai deixar a Marina feliz: hoje, eu assinei um decreto consolidando a homologação das terras indígenas Mundurukú. São 2 milhões e 380 mil hectares de terra, em que espero que não tenha mais conflito, que já está legalizada e que os índios possam, agora, decidir o seu próprio destino,



com a ajuda do Governo do Estado, com a ajuda do Governo Federal, para que a gente possa reconhecer, com o maior carinho do mundo, sem ficar dizendo, como dizem alguns, que é muita terra para pouca gente.

Toda vez que a gente for demarcar uma terra indígena, se passar pela nossa cabeça que é muita terra para pouca gente, temos sempre que lembrar que o Brasil era inteirinho deles e que, um dia, tomaram a terra deles e, portanto, estamos apenas fazendo justiça e reconhecendo um pouco das injustiças cometidas no passado.

A segunda coisa, Edmilson, que eu quero aproveitar para dizer é que, em dezembro, os jornais, aqui, da região disseram que nós não iríamos fazer mais as eclusas do Tucuruí. E houve muita exploração. Eu lembro de que, quase na véspera do Natal, dia 30 de dezembro, me ligou a nossa querida Ana Júlia, querendo conversar comigo, com um monte de jornal na mão, para saber se era verdade que o Governo Federal não ia mais fazer as eclusas. Então, eu acho importante dizer ao povo do estado do Pará, ao povo de Belém e ao povo da Bacia do Tucunduba que as eclusas vão ser realizadas, se Deus quiser. Se Deus quiser, haverá condições de inaugurá-las antes do final do meu mandato.

Portanto, toda vez que vocês olharem uma notícia nos jornais ou na televisão de que tal coisa não vai acontecer, é preciso se informar, porque aqui, em Belém, nesses sete anos de governo do companheiro Edmilson, vocês têm a mais exata noção da quantidade de coisas que já se falou contra esse companheiro, da quantidade de denúncias que já fizeram contra ele. E ele, em nenhum momento, perdeu a tranquilidade para honrar o compromisso que ele tinha assumido com vocês.

Nós temos apenas um ano de Governo. E posso dizer a vocês que, hoje, estou ainda mais otimista do que estava quando tomei posse. Sei de todas as dificuldades que o Brasil tem. Eu sabia da dificuldade disso aqui. Viemos aqui em 1998, andando por essas palafitas, uma água podre, e depois nós fomos à Universidade, Alex. E, lá, eu me lembro de que tivemos uma



discussão com alguns companheiros da Universidade: nós cobrávamos da universidade por que ela não colocava as soluções de problemas como esse como uma das tarefas das universidades, não para arrumar dinheiro, porque não é obrigação da universidade, mas para pensar projetos, para pensar alternativas que pudessem fazer com que o povo compreendesse que a universidade termina sendo, indiretamente, uma extensão das soluções dos problemas que o povo pobre deste país precisa. Afinal de contas, são engenheiros, são arquitetos, são profissionais da mais alta competência, que estudaram, que aprenderam e, certamente, sentiriam prazer em devolver para o povo, em forma de projetos, de ajuda, aquilo que receberam do próprio povo, que foi o pagamento da sua própria universidade ou do seu curso universitário.

E eu acho, Alex, que na pouca conversa que eu tive com você no ônibus, percebo que a universidade retoma um papel que nunca deveria ter deixado de exercer, o de ser uma extensão da sociedade que não conseguiu chegar à universidade e de discutir, junto com a sociedade, saídas para que se possa tornar a vida do povo menos sofrível, menos precária do que é. Eu estou convencido de que, se a universidade brasileira assumir essa tarefa como um compromisso político, como um compromisso de honra, eu acho que as prefeituras no Brasil terão muito mais facilidades de encontrar soluções para os problemas que parecem insolúveis do que nós tivemos até hoje onde, em muitos lugares, a universidade parece uma coisa abstrata, tal é a distância dela da comunidade.

Por último – eu não vou ler o discurso que tenho aqui, porque não tem sentido ler um discurso aqui a essa hora da noite, já com uma hora de atraso para embarcar para a Venezuela - eu quero dizer a vocês que nós temos clareza dos compromissos que temos para com o povo brasileiro. Nós sabemos que o Brasil tem um déficit habitacional de 6 milhões e meio de residências. Essa não é uma tarefa simples e uma tarefa fácil, mas na primeira reunião que tivemos com o ministro das Cidades, Olívio Dutra, que esteve



recentemente em Belém, dissemos ao Olívio Dutra: se nós não temos o dinheiro para fazer todas as casas que nós precisamos, nós temos que começar fazer as casas daquelas pessoas que estão em pior situação, daquelas pessoas que não têm como pagar e o Estado tem a obrigação de garantir o direito dessas pessoas morarem. Da mesma forma que nós temos que começar, também, a priorizar as palafitas, porque somente quem mora numa palafita, ou já morou, é que sabe o sacrifício das pessoas que vão deitar à noite sem saber se vão acordar dentro d'água como em muitos lugares deste país.

Essa obra que nós estamos inaugurando aqui, meu querido companheiro Edmilson, é a demonstração de que com disposição política, com compromisso com o povo, podemos fazer muito mais do que já foi feito durante muito tempo, neste país. E vamos provar isso, que a gente pode fazer muito mais.

É importante lembrar a vocês que, em 2002, de 262 milhões que foram anunciados, apenas 19 milhões foram liberados para saneamento básico. No ano passado, nós liberamos 1 bilhão e 700 milhões de reais para saneamento básico. E este ano, a Caixa Econômica Federal – e está aqui o presidente da Caixa Econômica – tem muito mais dinheiro para a gente liberar para obras de saneamento básico e para habitação popular. E vamos fazer com que neste país se crie a consciência que investir em saneamento básico não é enterrar dinheiro. Investir em saneamento básico é a gente cuidar da qualidade dos dentes das pessoas, da qualidade da saúde das pessoas, das moradias das pessoas, porque tem muita gente que acha que não pode enterrar dinheiro. Eu já dizia em 88, 94 e 98 que tem muita gente, Ciro, que prefere fazer uma ponte do que um tratamento de esgoto ou fazer um encanamento para esgoto, porque não dá para colocar um nome de um parente na manilha que está embaixo da terra, mas dá para colocar na ponte.

E o nosso Governo vai provar que é possível fazer o saneamento que o



Brasil precisa que seja feito, porque são milhões, dezenas de milhões de pessoas, que ainda não têm água encanada; são dezenas de milhões de pessoas que ainda não têm nenhum tratamento de esgoto e nem coleta de esgoto; são dezenas de milhões de pessoas que ainda não têm coleta de lixo, ou seja, são atitudes elementares que podem demonstrar a melhoria substancial da qualidade de vida do ser humano brasileiro. E nós vamos isso com a tranqüilidade que entendemos que precisa ser feito, utilizando cada centavo que a Caixa Econômica puder dispor, ora para emprestar, ora para colocar à disposição para fazer casas para as pessoas que não podem pagar. Vamos utilizar os recursos do Ministério das Cidades e vamos garantir que as pessoas conquistem a sua cidadania neste país.

Eu vou dar um exemplo para vocês. De vez em quando a gente vê nos jornais que a economia está bem, mas a política social não está bem. Eu vou dar um dado para vocês aqui, meu caro Dom Zico: em 2001, entre todos os planos sociais do Governo passado, se você colocar Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PETI, Vale Gás, foram gastos 856 milhões de reais. Em 2002, foram gastos 2 bilhões e 226 milhões de reais – 2 bilhões. Pois bem, meu caro Dom Zico, nós, em apenas um ano, vamos gastar 5 bilhões e 335 milhões, com um detalhe importante: até dezembro do ano passado, nós atendemos 3 milhões e 616 mil famílias, que ganhavam, em média, nos planos anteriores, 22 reais; no Bolsa Família passaram a ganhar, em média, 72 reais, portanto, três vezes mais do que ganhavam nos planos anteriores.

Até julho deste ano, vamos colocar mais 901 mil famílias no Bolsa Família. E, agora, vamos colocar nas regiões metropolitanas, onde tem maior incidência de desemprego e de violência; e, se Deus quiser, até dezembro nós vamos chegar a 6 milhões e meio de famílias atendidas pelo Bolsa Família, gastando praticamente 6 milhões e meio de reais, ou seja, três vezes mais do que foi gasto em 2002.

E quero olhar na cara deste povo aqui, da Bacia do Tucunduba. No meu



discurso de posse, eu disse: se, ao terminar o meu mandato, todas as pessoas neste país estiverem comendo três refeições por dia, já valeu a pena ter sido eleito Presidente. Pois bem, um ano e meio depois, ou melhor, um ano e dois meses depois, posso olhar na cara de vocês e dizer: hoje, estou convencido de que, se até o final do meu segundo ano de mandato vamos chegar a 6 milhões e meio de famílias, eu não tenho dúvida de que, até o final de 2006, nós atenderemos às 11 milhões de famílias que precisam de ajuda para se alimentar e para sobreviver neste país. Não tenho dúvida de dizer: será o maior programa social já visto na face da terra.

E vamos fazer isso sem perder de vista que não é o Bolsa Família que vai resolver o problema do povo brasileiro. O que vai resolver o problema brasileiro são as mudanças estruturais que queremos que aconteçam no Brasil. A economia tem que voltar a crescer, tem que gerar empregos, porque é através do emprego que a pessoa conquista a sua cidadania plena, sustentando a si e a sua família, sem precisar de favor do Governo Federal, do Governo estadual ou do Governo municipal.

Assumimos o compromisso de assentar 530 famílias. Muita gente discute se é pouco ou se é muito. Nem nada é tão pouco, nem nada é muito. O dado concreto é que não queremos repetir no Brasil, meu caro Airtton, os assentamentos que, historicamente, se fazia. A cada problema social que se apresentava, pegavam as pessoas que estavam fazendo o protesto e colocavam no meio do mato. Quando nós tomamos posse, Dom Zico, só para se ter uma idéia, 90% dos assentamentos feitos neste país não podiam tomar dinheiro emprestado do Pronaf, no Banco do Brasil, porque não tinham licenciamento ambiental para funcionar. E nós tivemos que, no primeiro ano, legalizar. E é por isso que liberamos 5 bilhões e 400 milhões do Pronaf.

Hoje, posso olhar na cara do povo brasileiro e dizer: em apenas sete meses, de julho do ano passado até agora, já liberamos 1 bilhão de reais a mais do que tudo que foi liberado no ano de 2001 e 2002, porque, agora,



dinheiro liberado para a agricultura é para o agricultor ir pegar. Se tiver dificuldade, o Banco do Brasil tem que ajudar a resolver. O que não podemos é anunciar o empréstimo no banco e, depois, as pessoas não poderem pegar, porque o gerente do banco não sabe como emprestar o dinheiro para os pequenos neste país.

Nós tivemos uma experiência na Caixa Econômica Federal: 1 milhão de pessoas, em apenas oito meses, abriram conta na Caixa Econômica Federal, numa demonstração de que, quando a gente dá uma oportunidade ou estende a mão, as pessoas sabem aproveitar aquela oportunidade.

É por isso que não poderia ter um lugar melhor para você tomar posse como Presidente, João Paulo. Não poderia ter. Este bairro aqui, João Paulo, é a síntese daquilo que é o povo brasileiro: pobre, mas honrado; pobre, mas digno.

Essas pessoas não estão aqui, agora, por causa dessa festa, não. Porque eu já vim aqui quando a gente não era nem prefeito e esse povo estava junto com a gente, do mesmo jeito que eles estão agora, porque este povo aqui, do Pará, – e eu falo com orgulho – em poucos lugares do Brasil eu sou tratado com o carinho que sou tratado, toda vez que venho a este Estado. Não agora, porque sou Presidente, mas quando eu era oposição, quando perdi as eleições. Esse povo me tratava com o carinho que um pai trata um filho.

Portanto, esse povo, aqui, aprendeu a dizer para as autoridades que respeito é bom e que eles gostam de respeitar e de serem respeitados. Esse povo, aqui, aprendeu a dizer para as autoridades que o que eles querem não é esmola, é direito; o que eles esperam é a cidadania, e não favor.

E é isso, meu caro Edmilson, que tanto incomoda alguns adversários nossos. De repente, eles ficam dizendo: “Não é possível que esses meninos chegaram ao poder e vão fazer tudo aquilo que nós não conseguimos fazer!” Pois olhem na minha cara: vamos fazer mais e muito melhor do que já foi feito neste país, para o povo pobre.



Muito obrigado. Meus parabéns, Edmilson. Meus parabéns, Ana Júlia. E, se Deus quiser, voltaremos aqui para inaugurar o restante da Bacia do Tucunduba.

/mcpro/vpm/lrj